

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**SILVIA SAYURI YUKIMARU**

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DOS CURSOS PRESENCIAIS NO  
ESTADO DO CEARÁ: EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO**

**CRICIÚMA**

**2024**

**SILVIA SAYURI YUKIMARU**

**AS INTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ:  
EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller

**CRICIÚMA**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Y94i Yukimaru, Silvia Sayuri.

As instituições de ensino superior dos cursos presenciais no estado do Ceará : expansão e interiorização / Silvia Sayuri Yukimaru. - 2024.  
72 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2024.

Orientação: Rafael Rodrigo Mueller.

1. Ensino superior - Ceará. 2. Interiorização do ensino superior. 3. Política universitária. 4. Ensino privado. 5. Financiamento estudantil. I. Título.

CDD. 22. ed. 378.8131

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

**SILVIA SAYURI YUKIMARU**

**AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DO CEARÁ:  
EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação na área de Programa no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 02 de dezembro 2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rafael Rodrigo Mueller  
Universidade Extremo Sul Catarinense (UNESC) Orientador

---

Profa. Dr. Gildo Volpado  
Aposentado

---

Prof. Dr. Matheus Bernardo da Silva  
Universidade Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Aos meus pais Yoshimi Yukimaru e Yoshie Tamura Yukimaru, *in memoriam*, que foram meus pilares.

## AGRADECIMENTOS

Estudar sempre foi minha paixão e meu maior *hobby*. Contudo, após os 40 anos, senti a responsabilidade de estudar e de trabalhar ao mesmo tempo. Foram vários momentos de pausa por questões profissionais e pessoais. Mesmo assim, buscamos forças interiores inimagináveis para a concretização de um grande sonho: finalizar o mestrado. Gratidão por tudo!

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Extremo Sul Catarinense, especialmente aos professores: André Cechinel, Rafael R. Mueller, Graziela F. Giacomazzo, Giani Rabelo, Susane da Costa Waschinewski, Gildo Volpado, Alex Sander da Silva, Carlos Renato Carola e Vidalcir Ortigara.

Ao meu orientador prof. Dr. Rafael R. Mueller pelo apoio, paciência e benevolência, pois foram muitos momentos de pausas na escrita por questões pessoais e profissionais.

Ao reitor do Centro Universitário INTA- UNINTA<sup>1</sup>, prof. Daniel Rontgen Melo Spindola Rodrigues por ter proporcionado a concretização desse grande sonho em concluir o mestrado. Ao chanceler e fundador do Centro Universitário INTA – UNINTA dr. Oscar Rodrigues Spindola Rodrigues Junior que resume sua vida em proporcionar oportunidades aos jovens e também a população sobralense.

Aos membros da Associação Brasil Soka Gakkai Internacional (BSGI)<sup>2</sup>, pois atuei por muito tempo na divisão dos Universitários que tinha como propósito agir com sabedoria na defesa da verdade e da justiça.

Agradeço também às minhas amigas que me ouviram por muito tempo, não citarei nomes, pois todas são importantes e se você está lendo, considere também como parte disso tudo.

Por fim, agradeço aos meus pais Yoshimi Yukimaru e Yoshie Tamura Yukimaru (*in memorium*) que foram meus pilares e exemplos de vida.

---

<sup>1</sup> Fundado em 1999, na cidade de Sobral – interior do estado do Ceará - o Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA), atualmente conhecida como Centro Universitário Inta – UNINTA iniciou com o credenciamento do curso de bacharelado em teologia.

<sup>2</sup> Fundada em 1960 por Daisaku Ikeda, é uma entidade representante da organização não governamental Soka Gakkai Internacional (SGI), em terras brasileiras. Promove exposições, intercâmbios com universidades e museus entre outras atividades nas áreas da educação e cultura. Disponível em: <https://www.bsgi.org.br/>

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”

Paulo Freire

## RESUMO

O objetivo central de nosso estudo foi compreender os fatores que influenciaram a expansão e a consequente interiorização das instituições de ensino superior no estado do Ceará. A quantidade de instituições de ensino superior no Brasil era de 2.416 unidades em 2012 e aumentou para 2.595 em 2022, alta de 7,4% na comparação de 2012/2022. Já, a Região do Nordeste possuía 444 faculdades em 2012 e ampliou para 611 em 2022, crescimento de 37,6%, na mesma base de comparação. O Estado do Ceará registrou expansão de forma mais expressiva de 90,7%, totalizando 103 unidades em 2022. Diante desse cenário, constatamos que as Instituições de Ensino Superior (IES) estão crescendo e se interiorizando, sobretudo em decorrência do aumento das instituições privadas. Como forma de dar conta dos objetivos de nossa pesquisa, no que concerne à metodologia e aos procedimentos metodológicos, o tipo de pesquisa foi descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa, sendo que para tal, utilizamos em nosso estudo de análise documental dos dados públicos e abertos do INEP com apresentação de diversos indicadores relevantes para a análise. Foi possível constatar que as instituições privadas supriram a necessidade de ampliação de oferta dos cursos de graduação no final do século XX e início do século XXI, apoiadas pelas ações do governo federal.

**Palavras-chave:** Ensino Superior, Ceará, Instituições Privadas, Financiamento Privado

## ABSTRACT

The central objective of our study was to understand the factors that influenced the expansion and consequent internalization of higher education institutions in the state of Ceará. The number of higher education institutions in Brazil was 2,416 units in 2012 and increased to 2,595 in 2022, an increase of 7.4% compared to 2012/2022. The Northeast Region already had 444 colleges in 2012 and expanded to 611 in 2022, a growth of 37.6%, on the same basis of comparison. The State of Ceará recorded a more expressive expansion of 90.7%, totaling 103 units in 2022. Given this scenario, we see that Higher Education Institutions (HEIs) are growing and moving inland, especially as a result of the increase in private institutions. As a way of meeting the objectives of our research, without worrying about the methodology and methodological procedures, the type of research was descriptive with a qualitative and quantitative approach, and to this end, we used documentary analysis of public data in our study. And open documents from INEP with the presentation of several indicators relevant to the analysis. It was found that private institutions met the need to expand the offer of undergraduate courses at the end of the 20th century and beginning of the 21st century, helped by possible federal government actions.

**Keywords:** Higher Education, Ceará, Private Institutions, Private Financing

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Representatividade das instituições de ensino superior público e privado da Região do Nordeste – 2002, 2012 e 2022.....	59
Gráfico 2 – Representatividade das instituições de ensino superior público e privado do Estado do Ceará – 2002, 2012 e 2022 .....	61
Gráfico 3 – Representatividade das instituições de ensino superior na capital e nos interiores no Estado do Ceará – 2002, 2012 e 2022 .....	63
Gráfico 4 – Representatividade das instituições de ensino superior na capital e nos interiores no Estado do Ceará – 2002, 2012 e 2022.....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de instituições no Brasil e por Região (Interior e Capital) – 2002, 2012 e 2022 .....	15
Tabela 2 – Quantidade de alunos matriculados por Região (Interior e Capital) – 2002, 2012 e 2022.....	16
Tabela 3 – Quantidade de instituições na Região do Nordeste e por Estado (Interior e Capital) – 2002 e 2022.....	17
Tabela 4 – Surgimento dos cursos na época da corte portuguesa – 1808 até 1821.....	22
Tabela 5 – Quantidade de Instituições de Ensino Superior – 1900-1968.....	25
Tabela 6 - Surgimento das universidades – 1909 até 1927.....	26
Tabela 7 - Crescimento do número de alunos matriculados nas instituições – Público e Privado – 1940-1960.....	31
Tabela 8 – Número de alunos matriculados nas instituições – Público e Privado – 1961-1980 .....	32
Tabela 9 – Número de Instituições de Ensino Superior – Público e Privado – 1980 1998.....	35
Tabela 10 – Número de alunos matriculados nas instituições – Público e Privado – 1980-1994.....	35
Tabela 11 – Evolução da quantidade de alunos matriculados no ensino superior – Público e Privado – 1945-2000.....	39
Tabela 12 – Quantidade de instituições de ensino superior privada e a representatividade 2001 e 2014.....	41
Tabela 13 – Número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – 1998 até 2020.....	42
Tabela 14 – Número de Inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) por Região – 2010 e 2020.....	44
Tabela 15 – Número de Contratos FIES por ano – 2000-2014.....	46
Tabela 16 – Concessão de bolsas PROUNI.....	48
Tabela 17 – Quantidade de instituições de ensino superior dos cursos presenciais no Brasil e por Região – 2002, 2012 e 2022.....	53
Tabela 18 – Quantidade de instituições de ensino superior dos cursos presenciais privado e público – 2002, 2012 e 2022.....	54

Tabela 19 – Quantidade de alunos matriculados nas graduações presenciais no Brasil por Região – 2002, 2012 e 2022.....	55
Tabela 20 – Quantidade de alunos matriculados na graduação presencial e a distância 2012 e 2022.....	56
Tabela 21 – Quantidade de instituições de ensino superior de graduação presencial na Região do Nordeste – 2002, 2012 e 2022.....	57
Tabela 22 – Representatividade na quantidade de instituições de ensino superior de graduação presencial por Estado na Região do Nordeste – 2002, 2012 e 2022.....	58
Tabela 23 – Quantidade de instituições de ensino superior nos cursos presenciais na Região do Nordeste – Público e Privado – 2002, 2012 e 2022.....	60
Tabela 24 – Quantidade de matrículas nas graduações presenciais na Região do Nordeste – 2002, 2012 e 2022.....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABMES</b>	Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino Superior
<b>BB</b>	Banco do Brasil
<b>CREDOC</b>	Programa de Crédito Educativo
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>CSLL</b>	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
<b>Cofins</b>	Contribuição social para Financiamento da Seguridade Social
<b>CSLL</b>	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
<b>EaD</b>	Educação a Distância
<b>ENEM</b>	Exame Nacional de Ensino Médio
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior
<b>FFCL</b>	Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IRPJ</b>	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
<b>IFES</b>	Instituições Federais de Ensino Superior
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>PNE</b>	Plano Nacional da Educação
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para Todos
<b>REUNI</b>	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>SISU</b>	Sistema de Seleção Unificada
<b>UFB</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UNESCO</b>	Organização de Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – 1500- 2020</b> .....	<b>19</b>
1.1 PERÍODO IMPERIAL – 1808 ATÉ 1889 .....	21
1.2 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA – 1889 ATÉ 1930 .....	24
1.3 GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS – 1930 - 1968 .....	28
1.4 A REFORMA DE 1968.....	32
1.5 PERÍODO REDEMOCRATIZAÇÃO – APÓS 1985 .....	33
<b>2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR</b> .....	<b>37</b>
2.1 INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E O NEOLIBERALISMO .....	38
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO NA EDUCAÇÃO .....	41
<b>2.2.1 CRIAÇÃO DO EXAME NACIONAL (ENEM) E O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU)</b> .....	<b>42</b>
<b>2.2.2 FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)</b> .....	<b>44</b>
<b>2.2.3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (Prouni)</b> .....	<b>47</b>
<b>2.2.4 PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTUAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)</b> .....	<b>48</b>
<b>3 MERCADO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – 2002 ATÉ 2022</b> .....	<b>50</b>
3.1 INDICADORES DO MERCADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DOS CURSOS PRESENCIAIS NO BRASIL .....	51
3.2 MERCADO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO DO NORDESTE .....	55
3.3 A EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ .....	59
3.4 INTERIORIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIO NO ESTADO DO CEARÁ.....	61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

Recordo-me que há 30 anos, utilizávamos os seguintes instrumentos para estudar, a enciclopédia denominada “Barsa”, os jornais publicados diariamente e as revistas mensais. Aproveitávamos também as bibliotecas municipais para lermos as principais literaturas de Machado de Assis, José de Alencar e entre outros.

Na época da graduação no curso de Ciências Econômicas<sup>3</sup> fui estagiária do setor de monografia e acompanhei a jornada de trabalho dos professores da faculdade. A dedicação dos docentes em preparar as aulas e, de forma concomitante, realizar as pesquisas fez com que eu admirasse ainda mais atuação dos docentes. Logo, fui monitora da disciplina de Microeconomia e percebi que é muito diferente estudar para você aprender e estudar para ensinar os colegas de sala de aula. Compartilhar conhecimentos aos colegas da turma é algo que deve ser praticado para ampliarmos a nossa compreensão do conteúdo estudado.

Os professores sempre me incentivaram a realizar o mestrado. Contudo, na época, não sentia que estava preparada e me lancei no mercado de trabalho. De 2007 até 2015, atuei como analista setorial em diversas áreas: agropecuária, indústria e serviços. Em 2016, fui contratada pela Faculdade INTA. Dessa forma, saí de São Paulo para trabalhar em uma Instituição de Ensino Superior no interior do Estado do Ceará, em Sobral, atualmente conhecida como Centro Universitário INTA - UNINTA<sup>4</sup>. Assim, uni a paixão pelos estudos e a missão de conduzir um número maior de jovens a estudarem uma graduação, principalmente os que possuem condições não tão favoráveis. Concomitantemente a isso, aprendi muito com as ações do chanceler dr. Oscar Spíndola<sup>5</sup> onde tive a oportunidade de atuar ao lado dele na parte financeira e administrativa da instituição. Ele, como empreendedor na área educacional, é um exemplo de ser humano e fez com que muitos jovens concretizassem esse sonho de cursar uma graduação no sertão do Ceará.

Em suma, minha vida profissional não se resume a um trabalho e sim a uma missão de colaborar para que a instituição proporcione condições para os jovens estudem e que consigam alcançar voos cada vez maiores. Nesse sentido, a

---

<sup>3</sup> Formada no curso de Bacharelado em Ciências Econômicas na Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2006

<sup>4</sup> Localizada em Sobral. Disponível em <https://uninta.edu.br/site/instituicao/>

<sup>5</sup> Fundador do Centro Universitário INTA - UNINTA

realização do Mestrado em Educação, é uma continuidade desse projeto de vida em querer pertencer a comunidade acadêmica.

O tema da dissertação surgiu pelo fato de hoje me situar no estado do Ceará e atuar em uma instituição de ensino privada localizada no interior. Além disso, assim como se poderá averiguar, o Ceará é destaque em ampliação de número de instituições de ensino superior nos últimos anos e também na quantidade de alunos matriculados na graduação, o que colaborou e muito na realização do trabalho a partir de dados oficiais.

O relatório de junho 2018<sup>6</sup> da Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino Superior (ABMES) afirma que:

[...] as questões financeiras são o maior motivo de evasão no ensino superior particular. A causa é apontada por 36% dos alunos que abandonaram os estudos. Dentro desse grupo, 60% indicam que o valor da mensalidade era muito alto; 17% afirmam ter saído após não ter conseguido o financiamento.

Em 1976 foi institucionalizado o Crédito Educativo (CREDUC) para a manutenção dos estudantes de baixa renda nas faculdades privadas e, logo, em 1999 denominou-se de Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Ainda segundo o relatório anteriormente mencionado, constata-se que “[...] em 2016 o Fies representava 26% das matrículas no ensino superior particular do país. A região com maior adesão era a Nordeste (36%), seguida pela Centro-Oeste (34%) e Norte (25%)”. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que avaliam os estudantes concludentes das escolas públicas e privadas do Ensino Médio e tornou-se importante para o ingresso dos alunos nas principais Universidades públicas e privadas no Brasil.

Diante desse cenário, no final do século XX e início do século XXI, a oferta de vagas no ensino superior brasileiro expandiu de forma expressiva, conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)<sup>7</sup>.

Pela tabela 1 que demonstra a quantidade de IES no Brasil, observa-se que a expansão ocorreu em todas as regiões. Em 1995, eram 894 instituições que

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3319/fies-completa-20-anos-com-47-dos-atuais-estudantes-inadimplentes>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>

ofereciam cursos de graduação e já em 2002, o número foi para 1.637, com elevação de 190%. Com destaque para as Regiões Norte e Nordeste que apresentaram aumento de 548,4% e 564,1%, respectivamente, no mesmo período.

**Tabela 1 - Quantidade de instituições no Brasil e por Região (Interior e Capital) – 2002, 2012 e 2022**

Regiões	1995	2002	2012	2022	% Cres. 2002/1995
Norte	31	83	154	201	548,4
Nordeste	92	256	444	611	564,1
Sudeste	561	840	1.173	1.098	95,7
Sul	120	260	409	396	230,0
Centro Oeste	90	198	235	289	221,1
<b>Total</b>	<b>894</b>	<b>1.637</b>	<b>2.416</b>	<b>2.595</b>	<b>190,3</b>

Fonte: Inep/MEC

Em 2002, segundo a tabela 1, o país possuía 1.637 Instituições de Ensino Superior (IES), em 2012, foi para 2.416 e elevou para 2.595 em 2022, aumento de 47,6 na passagem de 2002 até 2012 e crescimento arrefecido de 7,4% na comparação de 2012/2022.

Com o aumento do número de IES, houve uma evolução significativa no número de estudantes matriculados na educação superior. A tabela 2 apresenta os números por região, como pode ser observado.

**Tabela 2 - Quantidade de alunos matriculados por Região (Interior e Capital) – 2002, 2012 e 2022**

Regiões	2002	2012	2022	% Cres. (2002/2012)	% Cres. (2012/2022)
Norte	190.111	404.727	402.901	112,9%	-0,5%
<b>Nordeste</b>	<b>542.409</b>	<b>1.213.519</b>	<b>1.232.147</b>	<b>123,7%</b>	<b>1,5%</b>
Sudeste	1.746.277	2.816.086	2.259.715	61,3%	-19,8%
Sul	677.655	941.738	752.830	39,0%	-20,1%
Centro-Oeste	323.461	547.768	465.070	69,3%	-15,1%
<b>Total</b>	<b>3.479.913</b>	<b>5.923.838</b>	<b>5.112.663</b>	<b>70,2%</b>	<b>-13,7%</b>

Fonte: Inep/MEC

Em relação ao número de alunos ingressantes, nota-se na tabela 2, em 2002, a quantidade de alunos matriculados nos cursos da graduação presenciais era de pouco mais de 3,4 milhões de estudantes e em 2022, esse número passou para mais de 5,9 milhões, alta de 70,2% na passagem de 2002 até 2012. Desse total, em 2012, 71% dos estudantes estudavam nas instituições privadas, totalizando 4,2 milhões; e 29% nas públicas, somando 1,7 milhões.

Novamente, com destaque para as Regiões Norte e Nordeste que registraram acréscimo acima da média nacional de 112,9% e 123,7%, respectivamente. Nesse sentido, vale ressaltar que as Regiões Norte e Nordeste apresentaram resultados superiores à média nacional tanto na quantidade de instituições quanto no número de alunos matriculados nos cursos de graduação presenciais. Em 2022, a quantidade de alunos matriculados foi de 5,2 milhões, queda de 13,7 ante o número observado em 2012. Contudo, a **Região Nordeste manteve o crescimento de 1,5%, com 1,2 milhões de alunos ingressantes nas IES.**

No Nordeste, conforme a tabela 3 que demonstra a quantidade de instituições de ensino superior na Região do Nordeste, em 2001, a Região possuía 256 faculdades e universidades, tanto pública quanto privada, e passou para 611 instituições, em 2022, que foram concentradas nos Estados da Bahia, com 153 unidades e representando 25,0%; Pernambuco, 114, com 18,7%; e Ceará, 103, com 16,9%.

**Tabela 03 - Quantidade de instituições na Região do Nordeste e por Estado (Interior e Capital) – 2002 e 2022**

Região	2002	2022	Part. (%) 2022	% Cres. 2022/2002
Maranhão	14	66	10,8	371,4
Piauí	21	47	7,7	123,8
Ceará	25	103	16,9	312,0
Rio Grande do Norte	12	29	4,7	141,7
Paraíba	20	44	7,2	120,0
Pernambuco	62	114	18,7	83,9
Alagoas	17	33	5,4	94,1

Sergipe	6	22	3,6	266,7
Bahia	79	153	25,0	93,7
<b>Total</b>	<b>256</b>	<b>611</b>	<b>100</b>	<b>138,7</b>

Fonte: Inep/MEC

Em termos de expansão, a tabela 3 demonstra os locais que mais se destacaram: Maranhão com acréscimo de 371,4% na passagem de 2012/2022 e Ceará com 312,0%. Este último — diferentemente de outros Estados — ampliou de forma expressiva o número de faculdades e universidades de 2012 até 2022, com crescimento de 90,7%, sendo 49 instituições a mais ao longo de uma década.

Diante desse cenário, a problematização do estudo é: quais os fatores que influenciaram a expansão e interiorização do ensino superior no estado do Ceará? Para tanto, o objetivo central do estudo é compreender os fatores que influenciaram a expansão e a consequente interiorização das instituições de ensino superior no estado do Ceará.

Os objetivos específicos são: analisar as políticas de acessibilidade ao ensino superior e como essas interferem na expansão; verificar os indicadores educacionais do estado do Ceará e; analisar a provável interiorização do ensino superior.

O estudo justifica-se pela relevância cada vez maior das políticas educacionais voltadas à expansão do ensino superior, principalmente nas últimas três décadas, que possibilitaram com que mais estudantes ingressarem na graduação; além da importância dos financiamentos estudantis que proporcionaram com que mais jovens concluíssem o ensino superior.

No que concerne à metodologia e aos procedimentos metodológicos, o tipo de pesquisa é descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa, sendo que para tal, utilizamos em nosso estudo a análise documental dos dados públicos e abertos do INEP com apresentação de diversos indicadores relevantes para a análise.

Em relação a estrutura, a dissertação está organizada da seguinte forma: a primeira parte apresenta a introdução que cita os pontos de forma resumida de cada capítulo e os principais elementos do trabalho, tais como: a problematização do estudo, os objetivos, a metodologia e a estruturação. O primeiro capítulo aborda o contexto histórico do ensino superior no país, desde a época da colonização até os dias atuais incluindo as principais reformas e leis promulgadas no decorrer dos anos.

Essas últimas intensificadas a partir do século XX. O segundo capítulo aborda sobre o crescimento das instituições de ensino superior, principalmente das privadas, por conta dos conglomerados, além da política pública de acesso à educação superior e de expansão da educação superior. Além disso, esse mesmo capítulo trata sobre a importância das políticas educacionais que proporcionaram com que mais estudantes ingressassem nos cursos de graduação, dentre elas, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Ambos foram essenciais para inclusão de uma parcela dos estudantes que estavam impossibilitados de cursar uma graduação, principalmente nas Regiões do Norte e Nordeste.

No terceiro capítulo, procedemos a análise e interpretação dos dados do INEP de 2002, 2012 e 2022<sup>8</sup> - a partir de dois indicadores: quantidade total de instituições de ensino superior dos cursos de graduação presencial e o número total de alunos matriculados nos cursos presenciais tanto nas instituições públicas quanto nas privadas. Por fim, as considerações gerais que se articulam com os resultados do problema central da dissertação.

---

<sup>8</sup> Dados mais recentes de 2022 até o momento da escrita. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em 14 de outubro de 2023

## 1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL – 1500- 2020

A história da educação superior no Brasil inicia-se de fato após a chegada da família Real no Brasil em 1808. Antes disso, na época da colonização, pouco se sabe sobre os cursos de ensino superior.

Para Cunha (2000), os cursos voltados para o ensino superior iniciam-se com a chegada dos jesuítas que se instalaram na Bahia, primeiramente, e em seguida expandiu para outros locais tais como: Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Maranhã e Pará. Os jesuítas começaram com a educação básica, considerados primários e a secundária, além dos superiores. Este último, inicia-se com os cursos de Filosofia, Arte e Teologia.

O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo geral, em 1550. Os jesuítas criaram, ao todo 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Os alunos eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de artesãos e, no século XVIII, também de mineradores. Nesses colégios era oferecido o ensino das primeiras letras e o ensino secundário. (Cunha, 2000, p. 151)

Apesar do início da história da educação superior com os jesuítas, assim como Cunha citou: “o ensino superior brasileiro com o conhecemos hoje não descendeu, em nenhum aspecto, do enorme edifício que os jesuítas erigiram na colônia”. Nesse período, existia uma dependência dos brasileiros em relação aos estudos no exterior. Os estudantes buscavam concluir os estudos na metrópole e este oferecia bolsa aos alunos. Diante disso, a Universidade de Coimbra e de Évora foram responsáveis em formar os profissionais que posteriormente multiplicavam os conhecimentos na colônia. (Cunha, 2000)

Segundo Mendonça (1980, p. 132 *apud* TEIXEIRA, 2000) “até o início do século XIX, esta foi a universidade brasileira, nela se graduando mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil”. Para tanto, uma das características principais da época da colonização em relação ao ensino superior foi a dependência da Colônia, principalmente com as universidades da Metrópole para formação de novos bacharéis e profissionais.

Diferentemente da Espanha, que instalou universidade em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fosse criada no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superior de Filosofia e Teologia. (Cunha, 2000,

p. 151)

Para Gomes (2002, p. 02), “até 1822, o ano da Independência, o país contava com aproximadamente 3.000 bacharéis formados na França, Inglaterra e Portugal, a maioria na Universidade de Coimbra, fundada em 1308”. Diante desse cenário, nota-se que para Portugal era mais viável o estudante ir para o exterior e concluir o curso superior do que instalar novos estabelecimento de instituições de ensino na colônia.

Contudo, a Espanha possuía uma política mais expansionista nas colônias e proporcionou fundar as primeiras universidades nas colônias já no século XVI. Em 1551, foi fundada a Universidade no Peru. Logo em seguida, em 1553, instalou-se a Universidade no México.

Em 1553, o México já contava com sua primeira universidade. Uma das hipóteses apontadas para explicar a opção espanhola por criar universidades em suas colônias o que não se verifica na colonização portuguesa seria a de que ela expressava uma ideia de universidade associada à concepção de um Império (aí incluídas várias partes da Europa) bastante particular, que, em certo sentido, se contrapõe ao pragmatismo da coroa portuguesa. As universidades coloniais espanholas constituíam-se, assim, em um elemento importante para a configuração e identidade desse Império. Dela saíram os quadros da administração civil e eclesiástica. (Sampaio, 1991, p. 1)

Além disso, segundo Cunha (2000), os espanhóis possuíam por volta de oito Universidades, o que colaborou para transferir recursos docentes para as colônias sem atrapalhar o desenvolvimento da educação superior da metrópole. Diferentemente dos portugueses que possuía somente a Universidade de Coimbra e posteriormente de Évora, o que iria afetar o ensino na metrópole.

Os espanhóis iniciaram a trajetória de implantação das universidades já no período colonial. Segundo Gomes (2002, p. 01), “a universidade de Santo Domingo, localizada em República Dominicana, foi fundada em 1538. A universidade do Peru surgiu em 1551; do México, em 1553; da Colômbia, em 1662; de Cuba, em 1728; e do Chile em 1738”.

Para tanto, a existência das universidades no Brasil ocorreu de forma tardia se comparar com os países colonizados pela Espanha. Vale ressaltar que mesmo as universidades norte-americanas que não tiveram influência da Espanha também foram fundadas em meados do século XVII, sendo elas: Harvard, em 1636; Yale em 1701 e Filadélfia, em 1755.

Em suma, pela falta de existência das universidades no período colonial, diferente dos países colonizados pela Espanha, a história da educação superior no Brasil inicia-se de fato após a chegada da família Real. Por isso, o trabalho começa a partir dessa data, mas não descartando a história

Para tanto, neste capítulo, aborda-se sobre a cinco data-chaves da trajetória do contexto histórico da educação. Sampaio (1991) divide da seguinte forma: Em **1808**, com a transmigração da corte portuguesa, o Brasil se eleva a condição de Reino; **1898**, tem-se a Proclamação da República e nova Carta Constitucional; **1930** marca o fim da República Velha com o regime revolucionário de Getúlio Vargas, que dura até 1945; em **1968** sob o regime militar iniciado em 1964, o Ato Institucional nº 5 retira da sociedade sua possibilidade de representação democrática e finalmente, em **1985**, elege-se indiretamente, depois de 24 anos de presidente-generais, um presidente civil. Nesse mesmo ano tem início os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

### 1.1 PERÍODO IMPERIAL – 1808 ATÉ 1889

Com a chegada da família Real no Brasil, em 1808, e a migração da sede nacional para o Rio de Janeiro, o Imperador criou os cursos avulsos de ensino superior, por conta da necessidade em proteger os bens trazidos de Portugal e resguardar a colônia contra alguma invasão territorial.

Diante disso, o novo cenário surgiu mediante a vinda da família Real que ampliou a quantidade de cursos de graduação no intuito de ampliar os profissionais em diversas áreas, principalmente os que iriam garantir a infraestrutura adequada para a sobrevivência da Corte na colônia (Mendonça, 2000).

A tabela 4 demonstra o surgimento dos cursos na época da corte de D. João VI, inicialmente os cursos de Economia na Bahia, em 1808; e o curso de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro, no mesmo ano.

Os cursos foram concentrados, inicialmente nas Regiões de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Posteriormente, na cidade de Vila Rica em Mato Grosso e em Paracatu no estado de Minas Gerais. Sabe-se que os cursos foram criados pela família Real e mantidas pelo governo imperial. Para tanto, uma das características

das faculdades isoladas na época foi da centralização das instituições de ensino superior (Mendonça, 2000).

**Tabela 04 - Surgimento dos cursos na época da corte portuguesa**

<b>Ano</b>	<b>Cadeira/Curso</b>	<b>Cidade</b>
1808	Economia	Bahia
1808	Anatomia e Cirurgia	Rio de Janeiro
1817	Química	Bahia
1817	Desenho Técnico	Bahia
1812	Laboratório de Química	Rio de Janeiro
1814	Agricultura	Rio de Janeiro
1809	Matemática	Pernambuco
1817	Desenho e História	Mato Grosso
1821	Retórica e Filosofia	Minas Gerais

Fonte: Mendonça (2000)

Ademais, além da formação de profissionais, a Corte criou as instituições financeiras e administrativas para favorecer o comércio interno e também realizaram abertura dos portos para ampliar o comércio exterior.

O novo ensino superior nasceu, assim, sob o signo do Estado Nacional, dentro ainda dos marcos da dependência econômica e cultural, aos quais Portugal estava respectivamente, à Inglaterra e à França. Além disso, o ensino superior incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica quanto os da reação alemã à invasão francesa, esta depois daquela. Diante da invasão estrangeira, a sede do reino transferiu-se para o Brasil em 1808, numa esquadra que transportou os tesouros da coroa, a alta burocracia civil, militar e eclesiástica, assim como os livros da Biblioteca Nacional. Instituições econômico, financeiras, administrativas e culturais, até então proibidas, foram criadas, assim como foram abertos os portos ao comércio das nações amigas e incentivadas as manufaturas. (Cunha, 2000, p. 153).

Primeiramente ocorreram o surgimento das faculdades isoladas em vez de universidades. Os cursos foram concentrados em três áreas: Medicina, Direito e Engenharia, considerados a tríades dos cursos profissionais superiores. Contudo, posteriormente essas faculdades foram incorporadas às universidades.

Desde então, o ensino superior desenvolveu-se pela multiplicação dessas faculdades isoladas – Medicina, Engenharia, Direito. Com o tempo, outras faculdades surgiram nesse quadro, permanecendo isoladas ou sendo incorporadas às universidades tardiamente. Eram escolas ou faculdades de Odontologia, de Arquitetura, de Economia, de Serviço Social, de Jornalismo, de Filosofia, de Ciências e Letras. (Cunha, 2000, p. 154)

Concomitantemente a isso, em relação a característica dos alunos, o ensino superior estava voltado aos estudantes e seus familiares que gostariam de garantir o *status* na sociedade imperial, ocupando melhores posições no mercado de trabalho após a obtenção de um diploma profissional. Para Sampaio (1991, p. 3):

Durante esse primeiro período, de 1808 a 1889, o sistema de ensino superior se desenvolve lentamente, em compasso com as rasas transformações sociais e econômicas da sociedade brasileira. Tratava-se de um sistema voltado para o ensino, que assegurava um diploma profissional, o qual dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho existente e a assegurar prestígio social.

Em suma, toda estrutura das faculdades isoladas e também das cátedras e a criação dos cursos foram responsabilidade do governo imperial. As nomeações dos catedráticos também foram a cargo do Império. Além disso, a parte de manutenção e a elaboração dos currículos dos cursos eram responsabilidades da Corte.

Depois de ter sido clerical, até a transferência para o Rio de Janeiro da sede do reino português, em 1808, o ensino superior tornou-se todo estatal até a proclamação da República, em 1889. Durante o período imperial, a iniciativa de criação de estabelecimentos de ensino era estatal, assim como sua manutenção material. Também dependia do ministro do Império a nomeação dos catedráticos, a decretação dos currículos de todos os cursos e a nomeação dos respectivos diretores. (Cunha, 2000, p. 157)

Por fim, apesar da expansão das faculdades, a implantação de uma universidade ainda estava sendo discutida. Até o final da década de 19, segundo Gomes (2000, p. 01): “a ideia da implantação de uma universidade voltou a ser debatida no Parlamento em pelo menos oito ocasiões. Terminava sempre engavetada graças à primazia entre os principais centros econômicos e políticos’.

Diante disso, observa-se que conforme a expansão dos cursos oferecidos pelas cátedras e as faculdades isoladas, havia um interesse comum em fundar uma universidade. Assim como Gomes (2000) comentou, os Estados estavam discutindo entre si, o melhor local para a implantação de uma universidade, tais como na Bahia, em Olinda, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em suma, a história da educação superior com a vinda da família Real teve como característica o controle do governo imperial na criação dos cursos e na manutenção das faculdades isoladas, além do centralismo político e econômico.

## 1.2 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA – 1889 ATÉ 1930

No final do século XIX, principalmente a proclamação da República e o crescimento e modernização da cidade de São Paulo, por conta da economia cafeeira, colaboraram para modificar e impulsionar o desenvolvimento da educação.

Com a expansão cafeeira, o pólo da economia brasileira se transfere para o estado de São Paulo, onde tem início um processo de crescimento urbano e atividade industrial. A chegada de imigrantes europeus e japoneses consolida uma classe média urbana ligada à prestação de serviços, a pequenas indústrias, à profissionalização e naturalmente à educação. (Sampaio, 1991, p. 07)

Além disso, com a expansão da lavoura na região paulista, consolida-se o surgimento da classe média que pretendiam fazer com que seus filhos estudassem e tivessem prestígio concluindo o ensino superior. Não somente os latifundiários assim como os filhos de imigrantes que poderiam ter a condição de melhorar as condições de vida obtendo o diploma de graduação.

Os latifundiários queriam filhos bacharéis ou “doutores”, não só como meio de lhes dar a formação desejável para o bom desempenho das atividades políticas e o aumento do prestígio familiar, como, também, estratégia preventiva para atenuar possíveis situações de destituição social e econômica. Os trabalhadores urbanos e os colonos estrangeiros, por sua vez, viam na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances de estes alcançarem melhores condições de vida. (Cunha, 2000, p. 157)

Para tanto, diversos fatores justificam a necessidade da mudança na estrutura das IES após a proclamação da República. Para Cunha (2000), as alterações observadas foram:

- Aumento pela procura de ensino superior, por conta das mudanças sociais e econômicas;
- Descentralização do ensino superior aos governos estaduais; e
- Permissão da criação de faculdades privadas, o que ampliou a oferta de novos cursos

Diante desse cenário, na tabela 5, observa-se que em 1900 existiam 24 instituições de ensino superior passando para 157 instituições até o final da década de 30.

**Tabela 5 - Quantidade de Instituições de Ensino Superior 1900-1968**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade de instituições de ensino superior por ano</b>	<b>Total</b>
1900	24	-
1910	13	37
1920	34	71
<b>1930</b>	<b>86</b>	<b>157</b>
1945	95	252
1960	223	475
1968	375	850

Fonte: Sampaio (1991)

Concomitantemente a isso, outros fatores colaboraram para o *boom* na quantidade de instituições após a Proclamação da República. Segundo Sampaio (1991, p.07):

As mudanças ocorreram não foram somente da ordem quantitativa. O ensino superior passou a dar mais ênfase à formação tecnológica que, por sua vez, exigia uma base científica melhor. Exemplos disso são as criações das escolas politécnicas, da escola de minas, das escolas superiores de agricultura e de farmácia, que se multiplicaram nesse período. Escolas desse tipo, mesmo que seja para utilizar uma tecnologia importada, precisam se apoiar em uma formação científica mais desenvolvida, e despertam o interesse pela pesquisa. Assim, em muitas delas, a pesquisa começou a se desenvolver nos interstícios da formação profissional.

Isso significa que não somente ampliou a quantidade de instituições, mas a qualidade de ensino no sentido de acompanhar a necessidade do mercado, principalmente no tocante a tecnologia e inovação em determinados cursos.

Outra transformação observada, foi a descentralização de poderes, os governos estaduais começaram a ter o controle tanto da administração das escolas quanto da parte acadêmica dos cursos. Sendo assim, a Constituição da República permitiu a criação das escolas privadas, pois até então os cursos eram oferecidos somente e exclusivamente pelas entidades estatais. (Sampaio 2000)

Para tanto, o surgimento de novas instituições privadas colaborou também para ampliação do mercado educacional nesse período. Concomitantemente a isso, o fortalecimento da economia cafeeira e a consolidação do sistema educacional paulista significaram alterações importantes no modelo de escola que até então era

tradicionalmente centralizada no poder público e voltada aos cursos profissionalizantes, que se tornaram descentralizados e focados mais nos cursos superiores.

A descentralização proporcionou algumas inovações nas ofertas de cursos e nos surgimentos de instituições privadas nos moldes americanos. Cita-se como exemplo, o surgimento da escola Politécnica em 1894, por meio da Lei Estadual nº 191, em 1893, determinada como uma escola de matemática e ciências aplicadas às artes e indústrias. Segundo Martins, Francisco da Silva e Ricardino (2006, p. 117), “o regularmente institui dois tipos de cursos: o de formação de mão de obra técnica e o superior para formação de engenheiros”.

Outro exemplo, em 1896, foi o surgimento da escola privada de engenharia do Mackenzie – instituição no molde dos Estados Unidos (EUA) – fundado por um casal americano, sendo que, inicialmente, os diplomas ainda eram expedidos pela Universidade de Nova Iorque.

Ademais, segundo Cunha (2000), até o estabelecimento da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, foram três tentativas de implantações de instituições de ensino superior. Conforme a tabela 6, em 1909, criado por um grupo privado, em função da exploração da borracha e teve o fim em 1962. Em 1911, em São Paulo foi criada a universidade de São Paulo que encerrou em 1917, tendo os recursos vindos de sócios capitalistas. Em 1912, em Curitiba, novamente a tentativa em ter uma universidade, mas pelo fato de não ter o mínimo de habitantes – 100 mil na época – a instituição foi fechada.

**Tabela 6 – Surgimento das Universidades**

Ano	Universidade	Cursos
1909	Manaus	Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais da Guarda Nacional
1911	São Paulo	Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes
1912	Curitiba	Direito, engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Comércio
1920	Rio de Janeiro	Medicina, Engenharia e Direito

1927	Minas Gerais	Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e Farmácia
------	--------------	---

Fonte: Cunha (2000)

Sendo assim, em 1920 surge a Universidade do Rio de Janeiro com autorização do governo federal. De acordo com Cunha (2000, p. 162), “junção das faculdades de Medicina, Engenharia e de Direito deu origem à primeira universidade duradoura no Brasil, modelo para a quase totalidade das que se seguiram”. Esse processo colaborou para a criação da outra Universidade em Minas Gerais em 1927.

Sendo assim, a universidade do Rio de Janeiro foi a pioneira a partir da junção de faculdades preexistentes.

Em síntese, nesse interim, ocorrem as contestações sobre a questão fundamental da função das Universidades em formar pesquisadores. Nesse mesmo período a Associação Brasileira da Educação (ABE) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC) lançaram projetos na educação superior chamado de Universidade brasileira.

A primeira conferência foi realizada em 1927 em Curitiba, Belo Horizonte sediou a segunda Conferência em 1928 e São Paulo, a terceira, em 1929. O tema “universidade” esteve presente em todos esses encontros e também na ocasião do Congresso Nacional de Educação realizado em 1927, no Rio de Janeiro. Nesses encontros, o debate sobre a universidade girava em torno de três temas: a função da universidade (modalidade de ensino e tipo de formação), a autonomia da instituição e como esta deveria se estruturar internamente. Sampaio (1991, p. 08)

Nos debates foram discutidos a questão das autonomias das universidades, assim como cita Sampaio (1991, p. 09), “no curso dos debates, a autonomia da universidade era defendida como condição *sine qua non* para o êxito das reformas”.

Em suma, após a proclamação da república com a expansão da economia cafeeira, em 1920, surgiu a universidade do Rio de Janeiro, após aprovação no Congresso Nacional e após inúmeras tentativas de manutenção das universidades criadas anteriormente e citadas tais como: em Manaus, São Paulo e em Curitiba. Para tanto, a universidade do Rio de Janeiro foi a instituição pioneira que introduziu a técnica de agrupamento de faculdades já existentes.

### 1.3 GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS – 1930 - 1968

No governo provisório de Getúlio Vargas, em 1930, fundou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública e foi nomeado como primeiro ministro Francisco Campos. Logo em seguida, foi publicado a reforma do ensino superior denominado de Francisco Campos que prevaleceu até o ano de 1961.

A reforma de Francisco Campos foi publicada pelo decreto nº 19.851<sup>9</sup> de 11 de abril de 1931 e dizia que a administração geral da universidade era de responsabilidade do reitor e do conselho universitário. O reitor poderia exercer a função por três anos, podendo ser renovado. Além disso, deve ser brasileiro nato e pertencer a parte acadêmica da instituição. Entre outros, estabelecia também que:

Pelo Art. 5º a Constituição de uma Universidade deverá atender as seguintes exigências: I – congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes estatutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras; II – Dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária; IV – Submeter-se às normas gerais instituídas neste estatuto.

Pelo Art. 6º As universidades brasileiras poderão ser criadas e mantidas pela união, pelos Estados ou, sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federais, estaduais e livres.

Dessa forma, a reforma fez uma inovação no Estatuto em incluir, além das escolas tríades dos cursos da faculdade de Medicina, da faculdade do Direito e da escola de Engenharia, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras que foi proposto a formação de professores do ensino básico e secundário. Segundo Mendonça (2000, p. 138):

[...] instituição meio híbrida, que deveria se constituir, por um lado, em um órgão de alta cultura ou de ciência pura e desinteressada e, por outro, ser, antes de tudo e eminentemente, um Instituto de Educação, destinado a formar os professores especialmente para o ensino normal e secundário.

Segundo Sampaio (1991), as universidades tendo o foco na produção do conhecimento e na pesquisa, a reforma teve como prioridade a formação de professores do ensino secundário com a inclusão da Faculdade de Ciências.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>

No mesmo período foi publicado o decreto nº 19.850<sup>10</sup> que criou o Conselho Nacional de Educação no intuito de apoiar o ministro da Educação e Saúde Pública. Por fim, foi instituída o decreto de nº 19.852<sup>11</sup> que previa a organização da universidade do Rio de Janeiro. Para tanto, no governo provisório de Getúlio Vargas, instituíram três decretos: o estatuto do ensino superior, a organização da universidade do Rio de Janeiro e por fim a criação do Conselho Nacional de Educação.

Em 1932, por meio de 25 educadores foram lançados um manifesto denominado de “Manifesto dos Pioneiros da Educação” que repercutiu, posteriormente, na inclusão de dois artigos – art. 150 e 152 – na Constituição Brasileira de 1934. Sabe-se que uma das propostas também foi de incorporar o Plano Nacional de Educação em formato de lei.

Diante desse cenário, percebe-se que diferentemente dos objetivos das primeiras três décadas do século XX, após a liderança de Getúlio Vargas, as escolas de ensino superior surgiram por meio de interesses de grupos existentes na época, segundo Sampaio (1991, p. 12):

As novas universidades, desta forma, não se constituíram a partir de demandas de amplos setores da sociedade nem de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes. Foi antes uma iniciativa de grupos de políticos, intelectuais, e educadores, nem sempre ligados ensino superior. A universidade se implanta através de confronto, negociações e compromissos, que envolviam intelectuais e setores dentro da própria burocracia estatal. Este processo é extremamente complexo, pois se dá em um momento de mudança de regime político de tal forma que os proponentes da reforma se encontram ora integrados nos grupos dominantes, ora em oposição a ele.

Nessa fase, de acordo com Sampaio (1991) observaram-se três projetos universitários que foram: o surgimento da Universidade do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, também no Rio de Janeiro. Os dois primeiros mantiveram-se e o último não perdurou por muito tempo.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-norma-pe.html>

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>

A Universidade do Brasil que até então era denominada de Universidade Federal do Rio de Janeiro, tinha objetivo de controlar a qualidade do ensino e padronizar as regras assim como eram para todas as instituições de ensino superior do País. A Universidade de São Paulo fundou-se em 1934, após a Revolução Constitucionalista, e seguiu as regras da legislação de Francisco Campos tirados do Estatuto das Universidades do Brasil

A partir de 1945, inicia-se uma nova trajetória das IES no Brasil, pois cada Estado teria direito a pelo menos uma universidade federal, o que se denominou de federalização das universidades estaduais. Ademais, com o surgimento da Universidade Católica – instituição privada – fez com que outros estabelecimentos de pequenos portes surgissem no mercado. Segundo Sampaio (1991, p. 13):

O desenvolvimento do sistema federal, a partir de 45, se deveu, em grande medida, à federalização de algumas universidades estaduais criadas nas décadas de 30 e início dos anos 40, concomitantemente à difusão da ideia de que cada Estado da federação tinha o direito pelo menos a uma universidade federal. A criação da primeira Universidade Católica assinala a falência do pacto entre Estado e Igreja, estabelecido a partir de 1931, e que leva a Igreja a buscar seus próprios caminhos.

Diante desse cenário desse cenário, a tabela 7 demonstra o crescimento da quantidade de alunos matriculados no ensino superior, em 1940, o total era de 27.671 e passou para 93.202 em 1960. Já, o número de alunos nas instituições privadas era de 26.905 em 1954 e ampliou para 41.287, participando de 44,3% do total de alunos matriculados.

O crescimento ocorreu por conta da mudança das condições socioeconômica do País com ascensão da classe média, em razão da evolução das indústrias, também do crescimento da quantidade de alunos concluintes do Ensino Médio, o que provocou o aumento da demanda de interessados em cursar o nível superior.

**Tabela 7 - Crescimento do número de alunos matriculados nas instituições – Público e Privado – 1940-1960**

Ano	Total de matrículas	Matrículas em Instituições Privadas	% Participação Instituição Privadas no total
1940	27.671		
1950	48.999		
1954	64.645	26.905	41,6%
1960	93.202	41.287	44,3%

Fonte: Sampaio (1991)

Em 1961, ocorreu um marco na história da educação de nível superior com aprovação da Lei de nº 4.024 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD) <sup>12</sup> pelo presidente João Goulart. Nessa mesma época foi aprovada pelo Conselho Federal da Educação, tendo a iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, um conjunto de metas que deveriam ser alcançadas em 8 anos, surgindo então o primeiro Plano Nacional de Educação. Contudo, ainda não estava em formato de um projeto de lei.

Assim como consta no art. 2º, a educação é direito de todos e será dado no lar e na escola. Já no art. 66º, do Ensino Superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.

Em suma, de 1930 até 1964, observou-se diversas reformas na área educacional de ensino superior, iniciando com a Reforma de Francisco Campos e após 30 anos, o Governo Federal lançou o primeiro plano nacional, a LDB, tornando um avanço na evolução do sistema educacional. Além disso, com o início do surgimento das instituições privadas, colaboraram para aumentar a oferta de cursos nas faculdades e para suprir a necessidade do mercado de ofertarem mais profissionais de diversas áreas.

<sup>12</sup> Disponível em

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>

#### 1.4 A REFORMA DE 1968

A reforma realizada em 1968 elaborada inicialmente por Darcy Ribeiro foi instituída e incorporada as ideias do movimento tanto estudantil quanto docente. Segunda Sampaio (1991, p.15), as principais medidas foram:

1. Aboliu a cátedra e instituiu os departamentos como unidades mínimas de ensino e pesquisa.
2. Implantou o sistema de institutos básicos.
3. Estabeleceu a organização do currículo em duas etapas: o básico e o de formação profissionalizante.
4. Decretou a flexibilidade curricular com o sistema de crédito e a semestralidade.
5. Estabeleceu o duplo sistema de organização: um, vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo.

Pode-se dizer que essa reforma ocorreu em um momento de crescimento na demanda pela educação superior, com ampliação na quantidade de alunos matriculados tanto nas instituições públicas e privadas. A tabela 8 demonstra a quantidade de alunos matriculados nas IES, sendo que em 1960, o total de alunos era de 98.892; em 1970, foi para 425.478 estudantes; e por fim em 1980 foi para 1,3 milhão.

**Tabela 8 - Número de alunos matriculados nas instituições – Público e Privado – 1961-1980**

Ano	Total de matrículas	Matrículas em Instituições Privadas	% das Matrículas das Privadas sobre Total
1961	98.892	43.560	44,0%
1965	155.781	68.194	43,8%
1970	425.478	214.865	50,5%
1975	1.072.548	662.323	61,8%
1980	1.345.000	852.000	63,3%

Fonte: Sampaio (1991)

Em 1961, o total de alunos era de 43.560, representando 44,0% do total; e passou para 1,3 milhão, com participação de 63,3%.

Conforme Sampaio (1991, p. 18):

Mas a expansão do setor público atendeu apenas a uma parte da demanda crescente. A outra foi absorvida pelo setor privado, que experimentou enorme crescimento. Se em 1960 as matrículas em instituições privadas representavam 44,3% sobre o total de matrículas no ensino superior, em 1980, elas passam a representar 63,3% (852.000), o que corrobora a tese de que o aumento do estudante do 3º grau se deu acima de tudo pela expansão do setor privado.

Em suma, nesse período, a partir de 1960, assim como foi observado na tabela 8, nota-se a expansão do setor privado. Em 1961, as instituições particulares representavam 44% do total de alunos matriculados e logo passou a participar com 63,3% em 1980. Concomitantemente a isso, o número de vagas nas instituições públicas cresceu para acompanhar também a quantidade de demanda nesse período.

### 1.5 PERÍODO REDEMOCRATIZAÇÃO – APÓS 1985

Em 1996, o Governo Federal promulgou a reforma educacional por meio da promulgação da LDB ou a Lei nº 9.394/1996<sup>13</sup>. Segundo Figueiredo (2005, p. 15):

[...] pronunciou-se no ano de 1996, sobre os três pilares de sua política para reforma Universitária, que trazem em si as recomendações do Banco Mundial, sendo eles: 1) Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão); 2) Autonomia Universitária; e 3) Melhoria do Ensino, através do Programa de Gratificação e estímulo à Docência/GED).

Além disso, foi reformulada a ação do Plano Nacional de Educação (PNE) que seria elaborado pela União juntamente com os Distrito Federal, Estados e municípios. Para tanto, em 2001, durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi aprovado o primeiro PNE<sup>14</sup> 2001-2011 em formato de Lei nº 10.172 com vigência de 10 anos.

O Plano estabeleceu 35 metas para a educação superior a serem cumpridos em uma década, tendo como destaques os seguintes objetivos: aumento da oferta para pelo menos 30% dos jovens da faixa etária de 18 a 24 anos; diminuição das desigualdades regionais do País; e novas possibilidades de financiamentos estudantis e melhora n a gestão da Educação Superior.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO 2012), após 2004 ocorreram várias implementações

---

<sup>13</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

<sup>14</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)

de políticas públicas no sentido “de fortalecer a atuação do setor privado e reduzir a desigualdades”. Nesse sentido, destacaram-se: acréscimo de oferta de vagas nas instituições públicas, interiorização do ensino, fortalecimento da educação tecnológica, ampliação do financiamento aos estudantes via novas políticas de financiamentos, estímulo à modalidade a distância, fomento às políticas de programas de inclusão e de ações afirmativas e compromisso com a formação de professores de educação básica.

Em 2004, foi criado pela Lei nº 10.861<sup>15</sup> o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que instituiu três pilares: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. E, possui três componentes principais: ensino, pesquisa e extensão. O objetivo principal dessa lei foi de melhorar a qualidade da educação superior, além de supervisionar o crescimento da oferta. Foi instituída a avaliação de desempenho dos estudantes aplicando a prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, considerada obrigatória.

Em 2011, iniciou-se novamente o projeto para o lançamento do segundo PNE na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A aprovação da Lei 13.005/2014<sup>16</sup> ocorreu no dia 25 de junho de 2014. O PNE de 2014-2024, no item 12, estabelece como uma das metas de elevar a taxa bruta de matrícula para 50% da população entre 18 e 24 anos por meio de 21 estratégias.

12.1. Otimizar a capacidade instaladas da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação. 12. 6. Expandir o financiamento estudantil por meio de Fundo de Financiamento Estudantis – FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência do fiador; 12.20. Ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Já no item 13 temos: aumentar a qualidade das instituições com a contratação de mais professores mestres e doutores, na faixa de 75%, sendo no mínimo 35% de doutores.

---

<sup>15</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)

<sup>16</sup> <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

A tabela 9 informa o número de IES de 1980 até 1998, o total de Instituições de Ensino Superior em 1980 era de 882 unidades; e em 1998 ampliou para 973 instituições, sendo que 764 unidades eram instituições privadas, o que chegou a representar 78,3% do total.

**Tabela 9 - Número de Instituições de Ensino Superior – Público e Privado – 1980 – 1998**

Ano	Total de Instituições	Instituições Privadas	% das Matrículas sobre Total
1980	882	682	77,3%
1985	859	626	72,8%
1990	918	696	75,8%
1995	984	684	69,5%
1998	973	764	78,5%

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Na tabela 10, observa-se a evolução da quantidade de alunos matriculados nas instituições de ensino superior que era de 1,3 milhão em 1980 e passou para mais de 2,1 milhões em 1998. A representatividade de alunos matriculados nas instituições privadas foi na média de 60% do total.

**Tabela 10 - Número de alunos matriculados nas instituições – Público e Privado – 1980-1994**

Ano	Total de matrículas	Matrículas em Instituições Privadas	% das Matrículas sobre Total
1980	1.377.288	885.054	64,2%
1985	1.367.609	810.929	59,2%
1990	1.540.080	961.455	62,4%
1995	1.759.703	1.059.163	60,1%
1998	2.125.958	1.321.229	62,1%

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota-se que a LDB de 1996 colaborou para ampliação das instituições privadas. “Assim, o Estado é o máximo gesto no que refere à avaliação e ao controla

das IES, mas é o mínimo no que se refere ao financiamento das IES públicas, liberando a oferta da educação superior para a iniciativa privada”. (Cruz e Paula, 2018, p. 03). Temos também:

Art 7º: O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade de Poder Público; III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Além da reforma a partir da LDB e também do PNE que foram um marco para a história da educação superior, temos também o crescimento expressivo das instituições privadas, colaboradas tanto pela migração da responsabilidade do poder público as iniciativas particulares do setor quanto pela mercantilização da educação superior. Segundo Chave (2014, p. 03):

Dentre as diversas alterações adotadas no ensino superior brasileiro, desde então, e que acentuaram a privatização/mercantilização desse nível de ensino, destacaremos, neste texto, dois movimentos: 1) a fragmentação, por meio da diversificação institucional, e a expansão, pela via do setor privado; 2) a formação de oligopólios, no ensino superior privado, com a criação de redes de empresas por meio da compra e (ou) fusão de IES privadas do país, por empresas nacionais e internacionais de ensino superior e pela abertura de capitais destas nas bolsas de valores.

Em suma, esse processo de mercantilização da educação superior ocorrida após a década de 90 fez com que o papel do Estado no setor produtiva diminua e aumente o poder das iniciativas privadas. Em contrapartida, o Governo colabora no sentido de isenção fiscal, dos financiamentos de estudo e da criação de bolsas aos discentes estudarem nas instituições privadas como será visto no próximo capítulo.

## 2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

No presente capítulo abordamos o crescimento das instituições de ensino superior privado e as políticas públicas de expansão que incentivaram para a evolução do setor, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Notam-se dois pontos: o aumento da quantidade de alunos matriculados nas graduações presenciais de 1960, 1970 e 1980 e o acréscimo da representatividade do número de discente matriculados nas instituições particulares ante as públicas. Queiróz (2023, p. 356) relata que:

A expansão do setor privado, nas décadas de 1960 e 1970, deu-se mediante a multiplicação de instituições de pequeno porte, muitas das quais resultantes da transformação de antigas escolas secundárias, visto que a preocupação quase que exclusiva do setor privado era com o atendimento da demanda por ensino. O número de estabelecimentos de ensino superior privado saltou de 463 para 682 na década de 70, chegando a representar 77,3% do total do país em 1983. É possível notar nos últimos anos, o demasiado aumento no número de matrículas nas IES privadas, sendo o maior percentual desde o período de análise de dados.

Diante desse cenário, segundo Queiróz (2023), a partir da década de 90, a participação das instituições privadas no mercado educacional subiu para quase 70% do total. Diante desse cenário, Mocarzel (2023, p. 03) afirma:

Assim, podemos entender que a privatização, a mercantilização e a financeirização fazem parte de um movimento contínuo, mas não uniforme, de fomento ao setor privado, em detrimento ao público. A partir da já citada Reforma de 1968, temos um movimento de privatização da oferta, com vagas voltadas para as camadas médias e altas da população, quando o acesso à universidade pública era ainda mais restritivo do que é hoje. A partir de 1997, temos na educação superior influência crescente do mercado e sua consequente mercantilização. Após a entrada do setor no sistema financeiro, enxergamos a construção do que hoje entendemos por movimento de financeirização.

Dessa forma, o autor diz que as instituições tornaram uma mercadoria de compra e venda, assim como outros produtos, sendo influenciado pela globalização e pelo projeto neoliberal. O autor reforça que tal processo vem se fortalecendo com a criação de parcerias entre empresas. Os oligopólios são compostos por empresários que possuem conexões com grandes fundos de investimentos estrangeiros, os quais adentraram o país ao investir quantias substanciais para assegurar sua presença nas IES brasileiras.

Para tanto, conforme ocorre o crescimento da quantidade de alunos matriculados nas faculdades privadas, nota-se uma transformação no cenário educacional brasileiro. Dessa forma, segundo Cunha (2014, p. 03):

Houve um avanço considerável no ensino superior, público e privado no Brasil e, que sem dúvida alguma, isso se deve a um conjunto de ações e programas de políticas públicas de incentivo ao incremento do número de alunos na cadeia produtiva do setor da educação no país.

Por fim, neste capítulo inicialmente são apresentadas as consequências do neoliberalismo no mercado educacional de ensino superior e também as principais políticas de expansão da educação superior e as políticas de incentivo, tais como: a utilização da nota do ENEM como forma de ingresso nas faculdades públicas e privadas, a implantação do SISU que favorece a entradas nas instituições federais, o PROUNI que concede bolsa de estudos integrais e parciais e, o FIES que financia as mensalidades do curso durante a graduação em IES privadas e o REUNI que tem por objetivo ampliar a permanência dos discentes em sala de aula para diminuir o grau de evasão nas redes públicas de ensino superior.

## 2.1 INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E O NEOLIBERALISMO

As instituições de ensino privadas no Brasil expandiram ao longo do século XX, intensificando-se a partir da década de 1950, em virtude da necessidade em atender a maior demanda de massa por ensino superior no Brasil. Nesse sentido, Queiróz (2013, p. 358) diz que:

A relação ensino privado com o mercado refere-se, em um primeiro nível, à capacidade do setor de suprir, mobilizando recursos privados, a demanda de massa por ensino superior. O mercado e a dinâmica da competição entre os próprios estabelecimentos privados são determinantes na ocorrência dos grandes movimentos de expansão e estagnação que se verificam na trajetória do setor privado no país nos últimos trinta anos. As direções seguidas pelo setor privado de ensino superior consistem, em primeiro lugar, na ampliação da oferta de cursos da área das ciências sociais aplicadas, sobretudo Direito e Administração, e em suprir uma demanda de formação de profissionais liberais de prestígio nas áreas de ciências exatas e tecnológicas, como as de engenharia, e na área da saúde, em especial com cursos de Medicina e Odontologia.

Pela tabela 11, de 1970 até 1980, ocorreu um *boom* na quantidade de matrículas nas faculdades privadas que era de 214.865 em 1970 e foi para 885.054

em 1980, ou seja, o resultado quadruplicou em uma década e a representatividade passou para 64,3% do total.

**Tabela 11 – Evolução da quantidade de alunos matriculados no ensino superior – Público e Privado – 1945 - 2000**

Ano	Público		Privado	
	Nº	%	Nº	%
1945	21.307	51,6	19.968	48,4
1960	59.624	58,6	42.067	41,4
1970	210.613	49,5	214.865	50,5
1980	492.232	35,7	885.054	64,3
2000	887.026	33,0	1.807.219	67,0

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Para tanto, no final do século XX e início do século XXI, observou-se uma transformação no setor educacional de ensino superior, em função: aumento do número de instituições privadas<sup>17</sup> e ampliação do processo de mercadorização da educação brasileira de ensino superior. Cruz (2018) explica que tem se observado nas últimas décadas um forte movimento de compra e venda de instituições de educação superior privadas, movimentando vultuosas somas.

Temos como exemplo a rede Pitágoras de Minas Gerais que surgiu em 2001 com a junção com a Apollo Internacional (EUA). Em 2005, a Apollo Internacional vende a parte que lhe pertence e em 2007 deu origem ao grupo Kroton Educacional. Em 2014, ocorreu a junção de dois grupos Kroton e Anhanguera. Ambos são instituições de educação superior que possuem ações negociadas na Bolsa de Valores. Posteriormente, em 2020, o grupo Kroton mudou para Cogna Educação<sup>18</sup>.

Assim como o Cogna Educação, temos a Estácio Participações que passou a ser chamar de Yduqs<sup>19</sup>. Em síntese a Yduqs é um conglomerado de instituições

<sup>17</sup> Catani e Oliveira (2002) explica as classificações das instituições das seguinte forma: a) Universidades; b) Centros Universitários; c) Faculdades Integradas; d) Faculdades, institutos superiores, escolas superiores; e) Institutos superiores da educação

<sup>18</sup> Cerca de 1 milhão de estudantes. Atua na educação de nível superior, ensino médio, ensino fundamental, educação infantil, cursos pré-vestibulares, cursos preparatórios para concursos, ensino de idiomas, produção de material didático, métodos didáticos e plataformas de ensino.

<sup>19</sup> Cerca de 890 mil estudantes. Atua nos setores de ensino superior, ensino fundamental, educação infantil, cursos preparatórios para concursos, produção de material didático.

adquiridas de várias Regiões do Brasil e possui capital aberto na Bolsa de Valores. Mocarzel (2023, p. 03) reforça que

[e]ssa nova configuração econômica do setor educacional tem suas bases em dois momentos: do ponto de vista legal, ela remete à publicação do Decreto 2.306, de 1997 (Brasil, 1997), no governo de Fernando Henrique Cardoso, que possibilitou a criação de empresas na educação superior. Antes dessa medida, todas as instituições de ensino superior (IES) eram sem fins lucrativos, mesmo havendo uma série de manobras e ilegalidades para que os controladores auferissem lucros disfarçados de outras rubricas.

Ou seja, a mercadorização da educação ocorreu conforme o decreto de 1997 que possibilita que as instituições auferissem lucros. Além disso, a rede pública não acompanhou o crescimento da demanda por ensino superior e abriu possibilidades para a formação de conglomerados educacionais que suprissem a necessidade desse mercado em expansão. Concomitantemente a isso, a concorrência aumentou, o mercado tornou-se competitivo e conseqüentemente resultou em barateamento da educação. Souza (2011)<sup>20</sup> cita que:

Tomado pela óptica do lucro, o setor educacional privado tem se valido, oportunamente, do abandono do Estado na oferta de vagas públicas para a formação superior. Dessa forma, as IES privadas, cuja existência deveria ter um caráter complementar, acabaram predominando e se consolidando em grupos que formulam e ditam as regras de seu interesse para a (des) regulamentação do setor, regras essas beneficiadas pelas chamadas políticas de parcerias público-privadas, as quais são alicerçadas sobre o princípio da transferência de dinheiro público para a iniciativa privada com a finalidade de que esta última cumpra o papel que o Estado se nega a exercer. No caso do ensino superior, essas transferências se dão predominantemente por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), além dos programas de benefícios de isenção fiscal oferecidos pelo BNDES. Nesse ponto, o discurso falacioso do Estado e o do setor privado convergem: trata-se de iniciativas e proposições que manifestam concretamente a preocupação com a formação do brasileiro e com o desenvolvimento do país.

Por fim, a partir da segunda metade do século XX e intensificando-se no final do século, o neoliberalismo fez com que o Estado deixasse de assumir o controle e transferisse aos órgãos privados. Para tanto, no setor educacional de ensino superior, segundo Cruz (2018), essas transformações proporcionaram com que a educação se tornasse uma mercadoria, assim como um objeto de compra e venda e deixasse de ser direito da população e principalmente o dever do Estado. Para tanto, o neoliberalismo propiciou a desregulamentação da economia fazendo com que o

---

<sup>20</sup> <https://diplomatie.org.br/da-educacao-mercadoria-a-certificacao-vazia/>

Estado reduzisse os custos de administrar um determinado setor e passasse a responsabilidade ao setor privado.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO NA EDUCAÇÃO

Sabe-se que, em 2001, o total somava 1.391 unidades, sendo que 86,8% eram instituições particulares; e em 2012, esse número subiu para 2,3 milhões, participando de 87,4% do total. Vale ressaltar que a representatividade das faculdades particulares aumentou em todas as Regiões, sendo que nas Regiões Sul e Centro-Oeste, essa percentagem superou os 90% do total, conforme pode ser verificado na tabela 12 abaixo:

**Tabela 12 - Quantidade de instituições de ensino superior privada e a representatividade 2001 e 2014**

ANO	2001			2014		
Região	IES TOTAL	IES PRIVADA	%	IES TOTAL	IES PRIVADA	%
NORTE	61	49	80,3	149	124	83,2
NORDESTE	211	165	78,2	452	385	85,2
SUDESTE	742	667	89,9	1.126	980	87,0
SUL	215	182	84,7	402	362	90,0
C. OESTE	162	145	89,5	239	219	91,6
<b>TOTAL</b>	<b>1.391</b>	1.208	86,8	<b>2.368</b>	2.070	87,4

Fonte: INPE/MEC 2001 E 2014

Os programas de apoio aos alunos de baixa renda que estudarem nas redes privadas colaboraram para a expansão das instituições particulares, além de reduzirem as vagas que ficariam ociosas. De acordo com Corbucci, Kubota e Meira (2010, p. 05):

Essa “opção” de expansão da educação superior pela via privada implicou a necessidade de criação de um programa de financiamento ao estudante, tal como ocorreu em 1999 com a instituição do FIES. No entanto, o nível de cobertura desse programa de financiamento público manteve-se limitado até 2010, quando então foram induzidas em suas regras, de modo a torná-lo mais atrativo. Com a criação do PROUNI em 2004, instituiu-se um mecanismo de acesso de estudantes de baixa renda à educação superior, tendo em vista que esse segmento não se enquadrava no perfil dos beneficiários do FIES e, por outro lado, estava em curso a ampliação do número e da proporção de vagas ociosas nas IES privadas.

Portanto as transformações ocorridas no final do século XX e início do século XXI, como a criação do exame nacional como forma de ingresso e o surgimento do financiamento estudantil também favoreceram a expansão da Educação Superior.

### 2.2.1 CRIAÇÃO DO EXAME NACIONAL (ENEM) E O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU)

Em 1998, criou-se o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pela Portaria nº 438, no intuito de avaliar os estudantes das escolas públicas e privadas.

O Exame Nacional do Ensino Médio tem sido valioso instrumento da política de implementação da reforma do ensino médio, difundindo seus objetivos de forma intensiva para todos o Brasil.

O ENEM tem como ênfase a avaliação do perfil de saída dos egressos deste nível de ensino. Seu objetivo principal é proporcionar uma avaliação do desempenho dos alunos, ao término da escolaridade básica, segunda uma estrutura de competências associadas aos conteúdos disciplinares, que se espera tenha sido incorporada pelo aluno, para fazer frente aos crescentes desafios da vida moderna. (Castro; Tiezzi, p. 131), 2004

Nesse sentido, a prova do ENEM como instrumento de política pública possuía intenções de analisar os danos que poderiam existir para a formação plena dos estudantes tanto na vida profissional quanto no pessoal. Pela tabela 13, analise-se a quantidade de inscritos no ENEM nos anos de 1998, 2000, 2001, 2010 e 2020. Inicialmente, em 1998, o número de inscritos foi de 115.575. Já, em 2001 ultrapassou a quantidade de 1,2 milhão de estudantes e em 2020, superou o número de 5,7 milhões, segundo dados do Inep.

**Tabela 13 - Número do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**

Ano	Número de IES que utilizam o ENEM	Número de inscritos presente no exame
1998	1	115.575
2000	199	352.487
2001	296	1.200.883
2010	-	4.626.094
2020	-	5.783.133

Fonte: Castro e Tiezzi (2000)

Em 2004, pela lei nº 11.096/2005, o exame passou a ser critério de seleção para o Programa Universidade para Todos (ProUNI) que oferecia bolsa parcial e integral em faculdades ou universidades privadas. Essa lei colaborou para que mais estudantes tivessem motivações para realizar o ENEM após a conclusão do Ensino Médio, tendo a oportunidade de continuar os estudos com bolsas e financiamentos.

Já, em 2010, o Ministério da Educação lançou uma forma de seleção/admissão ao ensino superior: o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), no intuito de descentralizar o processo seletivo das instituições federais e possibilitar com que mais jovens cursassem a graduação. De acordo com Silveira, Barbosa e Silva (2015, p.02)

Um dos aspectos positivos de um exame nacional e de um Sistema de Gestão Unificada (SiSU) é o favorecimento da mobilidade dos estudantes para instituições de ensino superior nos mais variados locais do país, possibilitando também que sujeitos oriundos de regiões menos desenvolvidas desloquem-se para outras mais desenvolvidas. Esta mobilidade é interessante não somente para a criação de lideranças em todos os estados de federação, mas igualmente para estabelecer um ambiente multicultural em nossas universidades.

Além disso, para os autores, “a adoção do ENEM/SiSU contribuiu para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), favorecendo de fato a mobilidade acadêmica e induzindo a reestruturação dos currículos do Ensino Médio” (Silveira; Barbosa; Silva, 2015, p.02)

De acordo com Ariovaldo e Nogueira (2018, p. 01):

Esse sistema foi proposto tendo como objetivos a redução dos gastos com a realização de exames de seleção descentralizados; a diminuição das ineficiências observadas na ocupação das vagas (acúmulo de vagas ociosas); a democratização do acesso à educação superior e a ampliação da mobilidade geográfica estudantil. Até então, o acesso à educação superior público se dava por meio do vestibular tradicional, processo seletivo descentralizado, formulado e aplicado pelas instituições isoladamente ou, no máximo, por um conjunto de instituições parceiras. Desde sua implantação, o SiSU apresentou uma crescente adesão por parte das instituições de educação superior, as quais passaram a utilizá-lo total ou parcialmente no lugar do tradicional vestibular.

Pela tabela 14, analisa-se que de 2010 até 2020, o número de inscritos aumentaram mais de 1,1 milhão de estudantes, sendo que na Região do Nordeste, o crescimento foi de 550 mil inscritos, o que representa quase 50% da expansão do total nacional.

**Tabela 14 - Número de Inscritos Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)**

Região/Ano	2010	2020	AUMENTO
NORTE	414.391	731.034	316.643
NORDESTE	1.397.768	1.948.494	550.726
SUDESTE	1.806.952	1.982.112	175.160
SUL	609.009	5.783.133	(892)
CENTRO OESTE	394.034	513.376	119.342
TOTAL	4.622.154	5.783.133	1.1160.979

Fonte: Inep (2022)

Sabe-se que ao longo do tempo o ENEM que tem o intuito de avaliar os estudantes concluintes do Ensino Médio, passou a ter importância maior por conta da aceitação como forma de processo seletivo nas instituições privada e públicas. Além disso, muitos estudantes que encerraram o Ensino Médio antes do início da avaliação e quiseram retornar aos estudos do ensino superior, tiveram que prestar o ENEM para obter a nota e se inscrever nas faculdades.

### 2.2.2 FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)

Em 1976 foi aprovado e apresentado o Programa de Crédito Educativo (CREDUC) pelo ministério da Educação e Cultura, atendendo primeiramente os estudantes da Regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Logo em seguida, foi definido que o financiamento poderia atender todas as Regiões do Brasil. Em 1992, a Lei nº 8.436, de 25 de junho institucionalizou o programa e lançou novas regras e a Caixa Econômica era a gestora do programa. Já, em 1996, a Lei nº 9.288 alterou os dispositivos de 1992.

O objetivo principal do programa foi de conceder empréstimos aos alunos para o pagamento das mensalidades. Além disso, o contrato era renovado semestralmente conforme a continuidade dos estudos, sendo que um dos critérios era a comprovação de baixa renda dos componentes da família dos alunos e também o elevado desempenho acadêmico.

Apesar das boas intenções do CREDUC em favorecer os estudantes de baixa renda a cursar uma faculdade privada, observou-se um alto índice de inadimplência. Segundo Miranda e Azevedo (2020, p. 05):

Dado o alto índice de inadimplência do CREDUC (83%), o Governo Federal editou medida provisória sobre a renegociação da dívida, levando à sua reformulação no ano de 1999 e o substituindo pelo FIES por meio da medida provisória n.º 1.827, de 17 de maio de 1999, tornando-se a Lei n.º 10.260, em 12 de julho de 2001. Mantendo as mesmas fontes de recursos dos dois programas, as mudanças que houve na passagem do CREDUC para o FIES foram basicamente na ampliação do número de vagas ofertadas.

Apesar do CREDUC ter sido um programa malsucedido, o intuito de favorecer os estudantes carentes a ingressarem na graduação refletiu também no crescimento da quantidade de vagas disponíveis nas instituições privadas. Em 1999, no Governo de Fernando Henrique Cardoso foi institucionalizado o FIES – antigo CREDUC – que financiava o pagamento de 50% a 100% das mensalidades em IES particulares. Por conta do fracasso do CREDUC, o Governo Federal reformulou o programa por meio do FIES que foi repaginado em duas ocasiões em 2010 e em 2018 – a vigente. O FIES seleciona de acordo com a nota e a quantidade de vagas distribuídas entre as instituições credenciadas no mesmo local. Até 2010, a evolução do crédito estudantil foi instável, assim como consta na tabela 15. Ocorreu um aumento de contratos até 2005, alta de 20,4% (2005/2001) e após esse período diminuiu a quantidade de contrato do crédito, sendo que em 2009 observa-se o total de 33.319 contratados, número esse inferior ao de 2001 de 33.839.

Já em 2010, após o anúncio do novo FIES, a Lei n.º 12.202/2010 instituiu que o programa passa a ser controlado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com a intenção de administrar toda a parte operacional. Na tabela 15, observa-se que ocorreu um crescimento significativo a partir de 2011, justificado pelas mudanças ocorridas, tais como: criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) que promoveu a isenção de fiadores nos contratos, a redução da taxa de juros de 6,5% para 3,4% a.a. e a institucionalização da Lei n.º 11.941/2009 que estendeu o prazo de carência de pagamento para 18 meses após a conclusão do curso.

Segundo Miranda e Azevedo (2020, p. 09):

A dispensa da apresentação de fiador e a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, contabilizou-se, em agosto de 2013, a marca de 1 milhão de contratos de financiamento estudantil, dos quais 96% eram estudantes pertencentes às classes C, D e E, com renda familiar mensal bruta de até dez salários mínimos.

**Tabela 15 - Número de Contratos de FIES por ano – 2000-2014**

Ano	Alunos – nº	%
2000	33.839	-
2001	48.414	43,1
2002	65.808	35,9
2003	50.619	(23,1)
2004	44.141	(12,8)
2005	80.961	83,4
2006	60.092	(25,8)
2007	49.770	(17,2)
2008	33.319	(33,1)
2009	32.741	(1,7)
2010	76.172	132,7
2011	154.253	102,5
2012	377.808	144,9
2013	559.965	48,2
2014	732.243	30,8

Fonte: MEC, 2015

O crescimento foi significativo de 2011 até 2014, sendo que se observou um *boom* na quantidade de contratos de FIES, como pode ser observado na tabela 16. Paralelo a isso, as metas do PNE também colaboraram para ampliar a quantidade de aluno nas faculdades e melhorar o apoio aos financiamentos estudantis como forma de acelerar a entrada de estudantes nas graduações. Contudo, novamente em 2015 observou-se que as regras do FIES estavam flexíveis e existia a necessidade de se criar critérios de seleção, por conta do alto índice de inadimplentes. Segundo Arrais (2020, p. 60)

A crise em 2015 modificou todas as perspectivas do programa, o que possibilitou a instauração da Medida Provisória nº 741/2016, que veio, tempos depois, a tornar-se a Lei nº 13.530 de 2017, que transferia a responsabilidade do repasse da taxa de administração do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica (CEF) – agentes financeiros à época – para as mantenedoras de IES privadas que participavam do FIES, o equivalente à 2º sobre o valor dos encargos educacionais, desonerando o Governo Federal da despesa, e repassando-a para o setor privado que, seguindo a lógica do mercado, converteu o valor em encargos, ocasionando o aumento das mensalidades (mesmo que de forma velada), que não é permitido pela lei.

Diante desse cenário, em 2018, por conta da quantidade de alunos inadimplentes, o Governo Federal impôs novas regras, sendo uma delas o pagamento da dívida com desconto de 10%, porém diretamente da folha. Além disso, limitou a renda familiar dos contratantes de até no máximo três salários-mínimos para aderir ao financiamento.

O novo FIES de 2017 fez com que os estudantes pagassem mais a coparticipação diretamente ao agente financeiro que é a CE o valor do semestre que o discente poderia pagar não poderia ultrapassar R\$ 43 mil. Por fim, em relação as instituições, até 2015, as instituições foram beneficiadas com os repasses integrais das semestralidades, após esse período, observou-se um atraso no repasse, o que fez com que algumas instituições não ofertassem mais as vagas do FIES ou limitasse a quantidade para não obter prejuízos financeiros.

FIES de 2017, o programa não se tornou mais atrativo para as faculdades, o que limitaram a quantidade de vagas.

### 2.2.3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (Prouni)

Em 2005, foi instituído o PROUNI pela lei nº 11.096. Diferentemente do FIES, esse programa oferece bolsa de estudos parciais ou integrais sem necessidade de restituição de pagamentos nas instituições privadas.

Em contrapartida, a instituição credenciada de ensino superior recebe isenção nos tributos federais, tais como: isenção dos impostos de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquidos (CSLL), da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). De acordo com Miranda e Azevedo (2020, p. 10):

Dadas as contradições e as mediações que envolvem o público e o privado, o PROUNI, a exemplo do FIES, também se constitui numa política de incentivo ao setor privado. Ideologicamente vista como política democratizante e expansionista, o PROUNI utiliza-se da renúncia fiscal e da concessão de bolsas de estudos para inserir jovens na educação superior, mas também incentivar o crescimento do setor privado e a financeirização na área educacional.

O programa beneficia os estudantes de renda familiar baixa e que não cursaram nenhuma outra graduação. Além disso, os candidatos devem ter

conclusão do ensino médio em colégios públicos ou privados, mas com bolsa integral. O PROUNI exige a nota do ENEM como uma das formas de pré-seleção, com nota superior a 450 pontos e não ter zerado na redação. Outro benefício dessa política de expansão das instituições de ensino é a opção de oferecer bolsa aos estudantes deficientes e aos professores de rede pública de ensino, como forma de incentivo a cursar os cursos de licenciatura e Pedagogia.

Pela tabela 16, observa-se que ocorreu um aumento na quantidade de bolsas do PROUNI de 2005 até 2014, totalizando 306.726 mil concessões de bolsas.

**Tabela 16 - Concessão de bolsas PROUNI**

Ano	Quantidades de bolsas concedidas		
	Bolsas integrais	Bolsas parciais	Total de Bolsas
2005	71.905	40.370	112.275
2010	125.672	115.351	240.441
2014	205.237	101.489	306.726

Fonte: MEC, 2015

Em suma, tanto o FIES quanto o PROUNI são programas que colaboram, de um certo modo, para a expansão do mercado educacional, principalmente das instituições privadas. De acordo com Miranda e Azevedo (2020, p. 10):

Os programas analisados apontam que a expansão ocorrida no período estudado concorreu para o processo de democratização da educação superior, todavia não se pode deixar de fazer a crítica ao modo como essa expansão ocorreu, ou seja, às custas do fundo público e em favor da expansão do setor privado-mercantil e da transnacionalização da educação superior.

#### 2.2.4 PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTUAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI)

Sabe-se que ao longo da história, os objetivos das Universidades foram alterando, de acordo com a época e o momento histórico. Percebeu-se essa mudança na passagem do Brasil Império, após a colonização, logo em seguida com a República e o Estado Novo.

No final do século XXI, observou-se uma importância maior nas ideias neoliberais, seguido da globalização e da tendência de crescimento das empresas multinacionais. Segundo Borges (2012, p. 119):

A educação, nesse mundo capitalista, vem assumindo, por um lado, um papel com uma opção técnica, voltado para o mundo do trabalho, atendendo às demandas do capital e, por outro, assumindo também um discurso de preocupação com a construção de uma modernidade que seja ética e humanista. Nessa segunda posição, a escola coloca-se, diante da sociedade, como agente de mudanças, capaz de interferir no processo histórico de forma positiva.

Em 2007, no segundo mandato do presidente Lula, surgiu a proposta de uma “Universidade Nova”, por conta da preocupação com a qualidade de ensino e também da democratização. Além disso, a proposta foi de superar a tradicional. Conforme Borges (2012, p. 128),

Universidade Nova é a denominação da proposta, a qual exige uma transformação geral da arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira, na busca de superar os desafios e corrigir as limitações desta. Busca-se, assim, construir um modelo compatível tanto com o modelo norte-americano (de origem flexneriana) quanto o modelo unificado europeu (processo de Bolonha) sem, contudo, significar submissão a nenhum desses regimes de educação universitária.

Para tanto como forma de materializar esse projeto foi instituído o REUNI que teve como objetivo aumentar as vagas nas instituições federais e diminuir o número de evasão com melhoras na estrutura física. O programa foi institucionalizado em 2007 pelo Decreto nº 6.096 com o intuito de “criar condições para a ampliação de acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Art. 1º). O programa dizia que o MEC iria direcionar verbas as universidades federais. Em contrapartida, as instituições públicas deveriam apresentar um projeto de reestruturação, de acordo com as regras da Universidade NOVA. No primeiro ano o investimento foi de mais de 415 milhões, em razão da compra de bens e serviços, despesas de mão de obra que foram diretamente ligados ao plano de reestruturação.

Segundo Favato e Ruiz (2018, p. 458): “o REUNI promove a interiorização deste nível de ensino, ou seja, aumenta a quantidade de instituições superiores federais nas Regiões Norte e Nordeste”.

### 3 MERCADO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – 2002 ATÉ 2022

Neste capítulo, discutimos a evolução das instituições de ensino superior dos cursos presenciais nos períodos de 2002, 2012 e 2022. Os dados foram coletados no site do INEP/MEC<sup>21</sup> na parte de sinopse em Estatística da Educação Superior. Inicialmente, será apresentado os dados a nível nacional dividido por Região: Sudeste, Sul, Centro-oeste, Norte e Nordeste. Logo em seguida, serão apresentadas as informações que serão específicas da região do Nordeste por estado – Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Ao fim, analisamos a evolução das instituições de ensino superior no estado do Ceará e a possível interiorização do mercado educacional cearense.

Os dois principais indicadores são: quantidade de instituições de ensino superior ou estabelecimentos que oferecem serviços de graduação; e o número de aluno matriculados nas graduações presenciais. A partir desses indicadores analisam-se a participação das IES privadas e públicas ao longo de 2002 até 2022. Concomitantemente a isso, observam-se a diferença de expansão entre o observado na capital e nas cidades interioranas. Para Zabalza (2004), nos últimos anos, ocorreram mudanças no ensino superior, desde a progressiva massificação até a heterogeneização dos estudantes, além da inclusão das novas tecnologias e da ampliação do ensino a distância. Essas transformações foram efeitos da globalização, da internacionalização dos estudos, e também da importância do contexto.

Na verdade, cada universidade é responsável pelas condições idiossincrásicas que a caracterizam. O que acontece em cada instituição é muito condicionado pelo contexto político, social e econômico em que cada uma desenvolve suas atividades, nível de autonomia, cultura institucional gerada em seu meio (incluindo, sobretudo, a particular visão que se tenha do papel a ser desempenhado pela universidade), conexão com as forças sociais e econômicas da região, etc. (Zabalza, 2004, p. 24)

---

<sup>21</sup> <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>

Dessa forma, além do aumento das instituições privadas observadas no capítulo anterior, nota-se uma mudança das universidades nessa nova dinâmica social.

De um bem cultural, a universidade passou a ser um bem econômico. De lugar reservado a uns poucos privilegiados, tornou-se um lugar destinado ao maior número possível de cidadão. De um bem direcionado ao aprimoramento de indivíduo, tornou-se um bem cujo beneficiário é o conjunto da sociedade (sociedade do conhecimento, sociedade da competitividade). (Zabalza, 2004, p. 25)

Para Zabalza (2004, p. 26) “o objetivo era o seguinte: se a educação superior constitui um bem social, se a formação especializada constitui um valor econômico necessário, é preciso abrir a universidade a todas as camadas sociais”. Dessa forma, como mais estudantes tiveram acesso à educação superior nos últimos anos, conseqüentemente ampliaram o número de instituições de ensino superior. Ademais, observaram-se o aumento da participação de estudantes mulheres nas universidades e de alunos matriculados de diferentes idades, sendo que muitos já estão indo para a segunda graduação. (Zabalza, 2004).

### 3.1 INDICADORES DO MERCADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DOS CURSOS PRESENCIAIS NO BRASIL

Os indicadores foram divididos para análise em dois períodos de 2002 até 2012 – considerado período 1 – e 2012 até 2022 – considerado período 2. Os dados foram coletados pelo site do INEP – na parte da Sinopse – nos respectivos anos de 2002, 2012 e 2022. Na tabela 17, pelos dados do INEP/MEC, da quantidade de instituições de ensino superior dos cursos de graduações presenciais no Brasil pode-se observar que o número de estabelecimentos em 2002 era de 1.637; em 2012, de 2.416; e em 2022, de 2.595. No período 1, de 2002 até 2012, o crescimento foi de 47,6% e no período 2, de 2012 até 2022, foi de 7,4%.

Percebe-se que “a grande concentração das IES está na região Sudeste, porém um fato interessante nos é revelado a partir da crescente importância que o Nordeste vem assumindo com relação a concentração de IES. A região Norte ainda é a que concentra o menor número de instituições”. (Freire; De Holanda, 2017, p. 19)

No geral, no período 1, todas as regiões apresentaram acréscimo, o que favoreceu a expansão do mercado educacional de ensino superior no Brasil. Com destaque para o Nordeste que aumentou de 256 unidades, em 2002, para 444, em

2012, alta de 73,4%, superando o numérico de instituições da região Sul, de 409 instituições. O Norte expandiu 85,5%, no período 1, acréscimo de 71 estabelecimentos a mais, totalizando 154 unidades. O Sudeste concentrava 840 instituições de ensino superior em 2002 e passou para 1.173 em 2012, alta de 39,6% na comparação de 2012 ante 2002.

No período 2 em análise (2012 até 2022), o ritmo de expansão desacelerou, em função da queda dos indicadores nas regiões Sudeste, de 6,4%; e Sul, de 3,2%. Em contrapartida, o Nordeste ampliou em 167 unidades a mais em 2022, aumento de 37,6%; o Norte estendeu 71 estabelecimentos, crescimento de 30,5%; e o Centro-Oeste inaugurou mais 38 instituições, alta de 22,5%. O acréscimo das três regiões colaborou para manter o resultado positivo em 2022. Esses dados podem ser verificados na Tabela 17, abaixo:

**Tabela 17 – Quantidade de instituições de ensino superior dos cursos presenciais no Brasil por região – 2002, 2012 e 2022**

Regiões	2002	2012	2022	%Cres. (2002/2012)	%Cres. (2012/2022)
Norte	83	154	201	85,5%	30,5%
<b>Nordeste</b>	<b>256</b>	<b>444</b>	<b>611</b>	<b>73,4%</b>	<b>37,6%</b>
Sudeste	840	1.173	1.098	39,6%	-6,4%
Sul	260	409	396	57,3%	-3,2%
Centro-Oeste	198	236	289	19,2%	22,5%
<b>Total</b>	<b>1.637</b>	<b>2.416</b>	<b>2.595</b>	<b>47,6%</b>	<b>7,4%</b>

Fonte: Inep/MEC

Na tabela 18, observa-se a quantidade das instituições privadas ante as públicas. Em 2002, o número de estabelecimentos públicos foi de 195 unidades e das privadas de 1.442. Já em 2022, observou-se que as públicas totalizaram 312 unidades e as privadas somaram 2.283 unidades. Diante desse cenário, as instituições privadas representaram 88% do total do mercado educacional de ensino superior em 2022 e as públicas com 12%. Do total de instituições privadas em 2022 – de 2.283 unidades –, 80% (1.822 unidades) encontram-se as faculdades; 16% (371 unidades), os centros universitários; e 4% (90 unidades), as universidades. Do total de instituições públicas – de 312 unidades –, 42,6% (133 unidades) são de

estabelecimentos estaduais; 38,5% (120 unidades), federais; e 18,9% (59 unidades) são municipais.

Nos anos analisados na tabela, percebemos a superioridade numérica das IES privadas sobre as públicas bem como o ritmo acelerado de crescimento das mesmas. Esse processo pode ser explicado pela cada vez mais crescente transferência de recursos do Estado para a iniciativa privada a partir da instituição do FIES e mais recentemente com a criação do PROUNI, aprovado em 2005. Os chamados "empresários" da área educacional se beneficiaram dessas políticas públicas e aumentaram sua participação na expansão das IES. (Freire; De Holanda, 2017, p. 18)

Assim como foi comentado no capítulo anterior e por Freire e De Holanda (2017), as instituições privadas dominaram o mercado educacional de ensino superior, favorecidas pelas políticas públicas de expansão impulsionadas pelo governo no final do século XX e intensificados no início do século XXI.

**Tabela 18 – Quantidade de instituições de ensino superior dos cursos presenciais – privado e público – 2002, 2012 e 2022**

Tipo/Ano	Quantidade			Participação		
	2002	2012	2022	2002	2012	2022
Pública	195	304	312	11,9%	12,6%	12,0%
Privada	1.442	2.112	2.283	88,1%	87,4%	88,0%
<b>Total</b>	<b>1.637</b>	<b>2.416</b>	<b>2.595</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Inep/MEC

No tocante a quantidade de alunos matriculados, observa-se na tabela 19, o total de matrículas nos cursos presenciais no Brasil por região. Em 2002, o número de alunos ingressantes era de 3,4 milhões e em 2012 foi para 5,9 milhões, alta de 70,2%. O número de matrículas nos cursos de graduação na região Sudeste ampliou 61,3% na mesma base de comparação; no Sul, 39%; no Nordeste, 123,7%; no Norte, 112,9%; e na região Centro-Oeste, 69,3%. Em 2012, a representatividade da região Sudeste foi de 47,5% do total de matrículas; do Nordeste, 20,5%; do Sul, 15,9%; do Centro-Oeste, 9,2% e do Norte, 6,8%. Ou seja, o Sudeste representa quase 50% do total de alunos matriculados no ensino superior e juntamente com o Nordeste, ambos representam quase 70% do total.

Em 2012, a representatividade da região Sudeste foi de 47,5% do total de matrículas; do Nordeste, 20,5%; do Sul, 15,9%; do Centro-Oeste, 9,2% e do Norte, 6,8%. Ou seja, o Sudeste representou quase 50% do total de alunos matriculados no

ensino superior e juntamente com o Nordeste, ambos concentram 70% das matrículas.

**Tabela 19 – Quantidade de alunos matriculados nas graduações presenciais no Brasil por região – 2002, 2012 e 2022**

Regiões	2002	2012	2022	% Cres. (2002/2012)	% Cres. (2012/2022)
Norte	190.111	404.727	402.901	112,9%	-0,5%
<b>Nordeste</b>	<b>542.409</b>	<b>1.213.519</b>	<b>1.232.147</b>	<b>123,7%</b>	<b>1,5%</b>
Sudeste	1.746.277	2.816.086	2.259.715	61,3%	-19,8%
Sul	677.655	941.738	752.830	39,0%	-20,1%
Centro-Oeste	323.461	547.768	465.070	69,3%	-15,1%
<b>Total</b>	<b>3.479.913</b>	<b>5.923.838</b>	<b>5.112.663</b>	<b>70,2%</b>	<b>-13,7%</b>

Fonte: Inep/MEC

Na passagem de 2012 até 2022, nota-se uma redução do número de alunos matriculados nas instituições de ensino superior. Em 2012, a quantidade de matrículas era de 5,9 milhões e em 2022 foi de 5,1 milhões, queda de 13,7%. O total de matrículas na região Sudeste diminuiu 19,8%, na mesma base de comparação; no Sul, (20,1%); no Centro-Oeste, (15,1%), no Norte, (0,5%). Com exceção da região Nordeste que obteve um crescimento de 1,5%, somando 1,2 milhões de estudantes matriculados nas instituições de ensino superior. A justificativa para essa queda no número de matrículas em 2022 foi o aumento da quantidade de estudantes nos cursos não presenciais. Pela tabela 04, analisa-se o total de alunos matriculados nos cursos presenciais e a distância. Segundo dados do INEP/MEC, em 2012, o total de matrículas nas graduações a distância era de 1,1 milhões e em 2022 ampliou para 4,3 milhões, aumento de 288,9%. Nesse sentido, entre 2012 até 2022, enquanto ocorreu uma queda na quantidade de matrículas nos cursos presenciais elevou o número de alunos nas graduações a distância, sendo este último, de forma exponencial, conforme a tabela 20.

Observa-se que, a representatividade do total de matrículas nos cursos presenciais era de 84,2% em 2012 e em 2022, esse número caiu para 54,1%. Já, os cursos a distância participavam com 15,8% em 2012 e subiu para 45,9% em 2022.

**Tabela 20 - Quantidade de alunos matriculados na graduação presencial e a distância 2012 e 2022**

Cursos/Ano	2012	Part. (2012)	2022	Part. (2022)
Presencial	5.923.838	84,2%	5.112.663	54,1%
A distância	1.113.850	15,8%	4.331.453	45,9%
<b>TOTAL</b>	<b>7.037.688</b>	<b>100%</b>	<b>9.444.116</b>	<b>100%</b>

Fonte: Inep/MEC

Em suma, observou-se que a procura pelos cursos de graduação na modalidade à distância aumentou nos últimos anos, o que colaborou para diminuir a quantidade de matrículas nos cursos presenciais.

### 3.2 MERCADO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO DO NORDESTE

Assim como observado em relação a quantidade de instituições de ensino superior no estado do Ceará, a representatividade era de 10,3% em 2002, passou para 15,6% e expandiu para 23,5% em 2022. Pela tabela 21, analisa-se o número de IES desde 2002 na região do Nordeste. Em 2002, a região possuía 256 IES, em 2012 passou para 444; e em 2022, 611 unidades. Na passagem de 2002 até 2012, ocorreu uma expansão de 73,4% e de 2012 até 2022, o indicador apresentou incremento de 37,6%. Ambos os resultados estiveram acima da média nacional de expansão do mercado educacional de ensino superior. No Brasil, os indicadores apresentaram crescimento de 47,6% (2002/2012) e 7,4% (2012/2022).

Por estado, na tabela 21 nota-se que todos os locais apresentaram expansão. Em termos nominais, as instituições concentraram-se nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. O estado da Bahia apresentava 79 IES em 2002 e ampliou para 153 unidades em 2022, alta de 63,8% de 2002 até 2022. O estado de Pernambuco registrou acréscimo de 54,2%, na mesma base de comparação, com 114 instituições consolidadas. Já, o estado do Ceará apresentou um crescimento de 144%, saindo de 25 unidades em 2002 para 103 estabelecimentos em 2022.

**Tabela 21 – Quantidade de instituições de ensino superior de graduação presencial na região do Nordeste – 2002, 2012 e 2022**

Regiões	2002	2012	2022	Cresc. (2012/2002)	Cresc. (2022/2002)
Maranhão	14	32	66	128,6%	106,3%
Piauí	21	39	47	85,7%	20,5%
<b>Ceará</b>	<b>25</b>	<b>54</b>	<b>103</b>	<b>116,0%</b>	<b>90,7%</b>
Rio Gde. do Norte	12	24	29	100,0%	20,8%
Paraíba	20	37	44	85,0%	18,9%
Pernambuco	62	96	114	54,8%	18,8%
Alagoas	17	30	33	76,5%	10,0%
Sergipe	06	16	22	166,7%	37,5%
Bahia	79	116	153	46,8%	31,9%
<b>Total</b>	<b>256</b>	<b>444</b>	<b>611</b>	<b>73,4%</b>	<b>37,6%</b>

Fonte: Inep/MEC

Pela tabela 22, analisa-se a representatividade do total de estabelecimento na região do Nordeste por Estado. Em 2002, do total de IES localizados no Nordeste, os estados da Bahia e do Pernambuco representavam 30,9% e 24,2%, respectivamente. Sendo assim, mais de 50% das instituições eram concentradas nos dois estados. Ao longo do tempo, o cenário sofreu transformações com ampliação do *market share*<sup>22</sup> dos estados do Ceará e Maranhão ante a representatividade dos estados da Bahia e Pernambuco.

O estado da Bahia possuía 30,9% do total de IES no Nordeste em 2002 e em 2022 reduziu para 25,0%, queda de 5,8%. O estado de Pernambuco possuía 24,2% em 2002 e caiu a participação para 18,7% em 2022, perda de 5,6%. Contudo, em termos nominais, ambos concentraram o maior número de instituições. Em contrapartida, o estado do Ceará ampliou a participação de 9,8% (25 unidades) em 2002 para 16,9% (103 unidades) em 2022, acréscimo de 7,1% e Maranhão passou de 5,5% (14 unidades) em 2002 para 10,8% (66 unidades) em 2022, aumento de 5,3%. De acordo com Freire e De Holanda (2017, p.24), “como salientamos, historicamente as IES surgem e se consolidam dos estados, porém nas últimas

<sup>22</sup> Fatia de Mercado

décadas tem havido um significativo movimento de expansão do ensino superior em direção a cidades importantes no interior dos estados”.

Tanto as instituições públicas quanto as privadas estão concentradas nos interiores, principalmente nos estados do Ceará, Bahia e Pernambuco (Freire; De Holanda, 2017). Em 2022, os três estados representavam mais de 60% do mercado educacional de ensino superior do Nordeste, de acordo com a tabela 22.

**Tabela 22 – Representatividade na quantidade de instituições de ensino superior de graduação presencial por Estado na região Nordeste – 2002, 2012 e 2022**

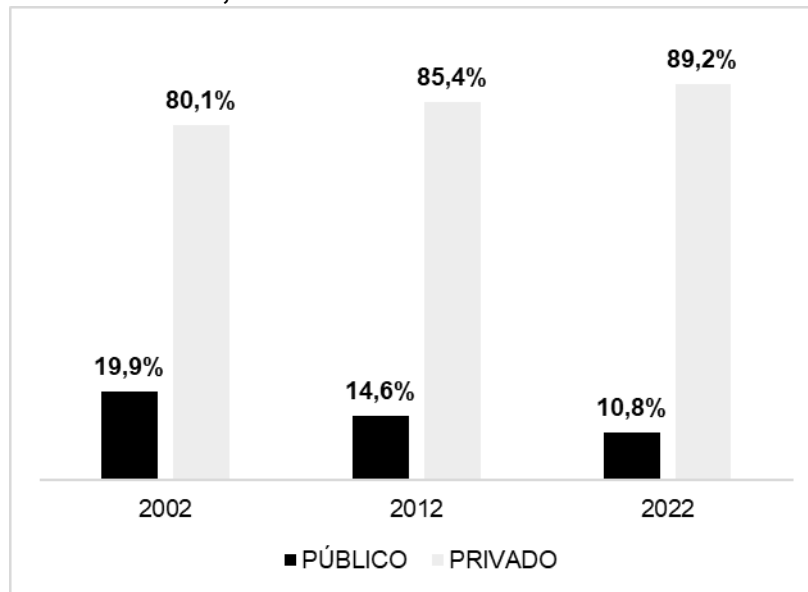
Regiões	2002	2012	2022
Maranhão	5,5%	7,2%	10,8%
Piauí	8,2%	8,8%	7,7%
<b>Ceará</b>	<b>9,8%</b>	<b>12,2%</b>	<b>16,9%</b>
Rio Grande. do Norte	4,7%	5,4%	4,7%
Paraíba	7,8%	8,3%	7,2%
<b>Pernambuco</b>	<b>24,2%</b>	<b>21,6%</b>	<b>18,7%</b>
Alagoas	6,6%	6,8%	5,4%
Sergipe	2,3%	3,6%	3,6%
<b>Bahia</b>	<b>30,9%</b>	<b>26,1%</b>	<b>25,0%</b>
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Inep/MEC

O Gráfico 1 abaixo, como pode ser observado, representa a participação da quantidade de estabelecimentos privados e públicos na região do Nordeste de 2002, 2012 e 2022. Em 2002, as faculdades privadas representavam 80,1% (205 unidades) e em 2022 passou para 89,2% (545 unidades), aumento de 9,1%. Desse total, 83% (453 unidades) são as faculdades; 15,6% (85 unidades), os centros universitários; e 1% (7 unidades) as universidades.

As instituições públicas participavam com 19,9% (51 unidades), em 2002, e reduziu a participação para 10,8% (66 unidades) em 2022. Deste último, de 66 instituições, 31 eram as federais; 16 estaduais e 19 municipais.

**Gráfico 1 – Representatividade das instituições de ensino superior público e privado da Região do Nordeste - 2002, 2012 e 2022**



Fonte: Inep/MEC

A tabela 23 refere-se à quantidade de instituições públicas e privadas no Nordeste por estado. Em relação as instituições públicas, o estado de Pernambuco possui a maior concentração de universidades públicas do Nordeste, com 18 estabelecimentos observados em 2002 e ampliou para 26 unidades em 2022. Desse total, 19 são instituições municipais; 06, são federais e somente 01 instituição localizada na capital é estadual. Logo em seguida, a Bahia que constituía 06 instituições públicas em 2002 passou para 10 unidades em 2022, sendo que 06 são federais e 04 são estaduais.

Em relação as instituições privadas, o estado da Bahia com 73 faculdades em 2002 passou para 143 em 2022. O estado do Ceará possuía 20 estabelecimentos em 2002, e aumentou para 96 unidades em 2022. O estado do Maranhão constituía de 11 instituições em 2002 e expandiu para 62 unidades em 2022. Em suma, os três estados possuem mais de 93% de instituições privadas do total das IES.

**Tabela 23 – Quantidade de instituições de ensino superior nos cursos presenciais na região do Nordeste – Público e Privada - 2002, 2012 e 2022**

Regiões	Público			Privado		
	2002	2012	2022	2002	2012	2022
Maranhão	3	4	4	11	28	62
Piauí	3	3	4	18	36	43
<b>Ceará</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>48</b>	<b>96</b>
Rio Grande do Norte	5	5	5	7	19	24
Paraíba	4	4	4	16	33	40
Pernambuco	18	29	26	44	67	88
Alagoas	6	4	4	11	26	29
Sergipe	1	2	2	5	14	20
Bahia	6	8	10	73	108	143
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>65</b>	<b>66</b>	<b>205</b>	<b>379</b>	<b>545</b>

Fonte: Inep/MEC

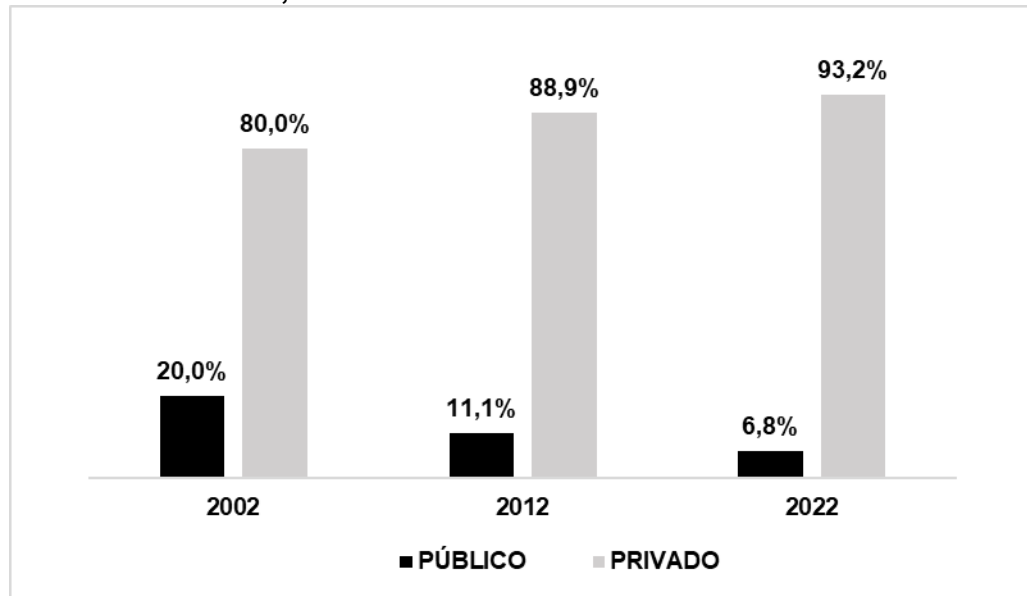
### 3.3 A EXPANSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO CEARÁ

A quantidade de instituições de ensino superior localizadas no estado do Ceará cresceu 116% na comparação de 2002/2012 e 90,7% na comparação de 2012/2022, observado na tabela 21. O ritmo de expansão foi acelerado e não arrefeceu em comparação com os demais estados do Nordeste, com exceção do estado de Maranhão.

Em termos nominais, em 2002, foram 25 instituições; em 2012, 54 unidades; e em 2022, de 103 estabelecimentos. A representatividade no total de instituições na região do Nordeste também aumentou de 9,8% analisado em 2002 para 12,2% em 2012 e por fim em 2022 aumentou para 16,9%. De todos os estados do Nordeste, somente Ceará e Maranhão ampliaram a representatividade enquanto os estados de Pernambuco e Bahia perderam a participação. Em relação a participação das instituições privadas e públicas, observou-se que o mesmo cenário que ocorreu a nível nacional. Maior representatividade das instituições privadas antes as públicas de 2002 até 2022. Contudo, a participação em 2022 das instituições privadas de

93,2% foi acima da média de outros estados do Nordeste de 89,2%, conforme o Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Representatividade das instituições de ensino superior público e privado do estado do Ceará - 2002, 2012 e 2022**



Fonte: Inep/MEC

Pela tabela 24, analisa-se a quantidade total de matrículas observada em 2002, 2012 e 2022 na região do Nordeste. O estado do Ceará registrou alta de 59,4% em 2012 ante o resultado de 2002. E, crescimento de 10,9% na comparação de 2012/2022.

Ciente que o crescimento médio de todos os estados foi de 1,5% na comparação de 2012/2022, por conta da queda dos indicadores de grande parte dos estados, principalmente dos locais que possuem mais alunos matriculado que foram: Bahia e Pernambuco, queda de 16,9% e 1,0%, respectivamente. Somente os estados de Maranhão, Ceará e Paraíba que apresentaram alta de 25,9%, 10,9% e 6,5%, respectivamente.

**Tabela 24 – Quantidade de matrículas nas graduações presenciais na região do Nordeste – 2002, 2012 e 2022**

Regiões	2002	2012	2022	Crescimento 2022/2012
Maranhão	45.221	99.684	134.593	25,9%
Piauí	49.814	88.384	85.079	- 3,9%
<b>Ceará</b>	<b>74.271</b>	<b>182.938</b>	<b>205.410</b>	<b>10,9%</b>
Rio Grande do Norte	43.195	102.822	89.533	-14,8%
Paraíba	47.500	107.609	114.929	6,4%
Pernambuco	109.207	212.279	210.095	-1,0%
Alagoas	31.268	74.694	69.127	-8,1%
Sergipe	24.308	62.027	53.070	-16,9%
Bahia	117.625	283.082	270.311	-4,7%
<b>Total</b>	<b>542.409</b>	<b>1.213.519</b>	<b>1.232.147</b>	<b>1,5%</b>

Fonte: Inep/MEC

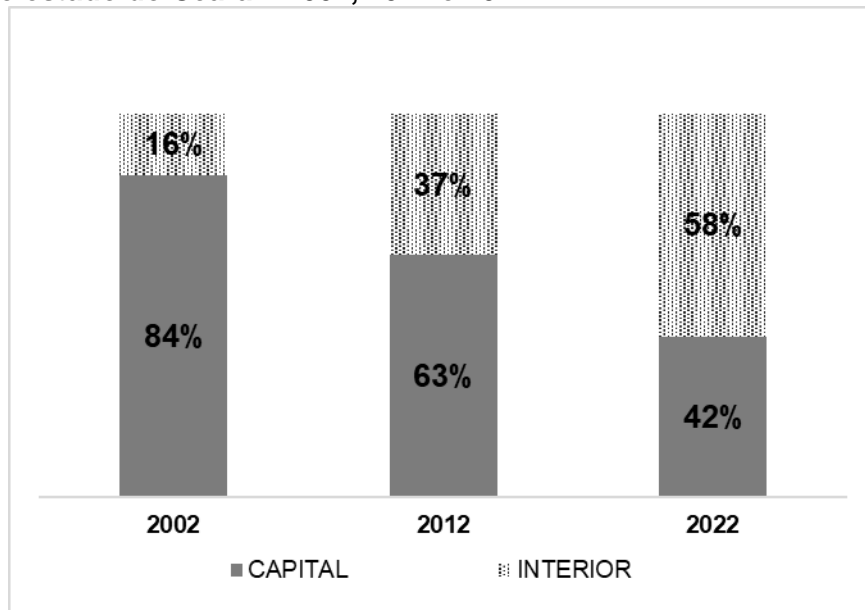
Em suma, o estado do Ceará encerrou 2022 com 205.410 alunos matriculados nas graduações e com forte potencial de crescimento, com indício que poderá superar o resultado de Pernambuco nos próximos anos.

### 3.4 INTERIORIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIO NO ESTADO DO CEARÁ

De fato, o estado do Ceará registrou expansão na quantidade de instituições de ensino superior, assim como observado na tabela 23. O número de alunos interessados em cursar uma graduação presencial também cresceu, conforme tabela 24. Contudo, a diferença é que o crescimento foi acima da média nacional em ambos os indicadores.

No gráfico 3, analisa-se a representatividade das IES na capital e nos interiores no estado do Ceará. Em 2002, a participação das instituições da capital foi de 84%; em 2012, diminuiu para 63%; e em 2022, caiu para 42%. Ou seja, observou-se a queda de 42,3%. Em relação a participação das IES dos interiores, o cenário foi de expansão. Em 2002, a representatividade foi de 16%; em 2012, aumentou para 37%; e em 2022, subiu para 58%, alta de 42,3%.

**Gráfico 3 – Representatividade das instituições de ensino superior na capital e nos interiores no estado do Ceará – 2002, 2012 e 2022**



Fonte: Inep/MEC

Por fim, a quantidade de IES nos interiores aumentou e superou a quantidade da capital. Em termos nominais, em 2022, na capital existiam 43 IES e nos interiores, total de 60 IES, espalhados em 28 municípios<sup>23</sup>.

Nos interiores, as faculdades concentram-se nos municípios de Juazeiro do Norte, Sobral e Crato. Ciente que as cidades de Juazeiro e de Crato se localizam no sul do estado, distância de quase 500 km da capital; e Sobral encontra-se no norte do estado, há 230 km da capital. Para tanto, percebe-se a necessidade de expansão nos interiores, por conta da distância entre esses municípios (Sobral e Juazeiro) e a capital. Concomitantemente, a expansão se deu nos municípios localizados tanto no Sul quanto no Norte do Estado do Ceará.

É denotativo destacar papel das cidades médias nordestinas no processo de interiorização do ensino superior. No estado do Ceará, das três IES que

<sup>23</sup> Pelos dados do INEP/MEC 2022, são 28 municípios: alto Santo, Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Cascavel, Caucaia, Crateús, Crato, Croatá, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Icó, Iguatu, Ipu, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Milhã, Pacajus, Parambu, Quixadá, Quixeramobim, Redenção, Sobral e Tianguá.

estão fora da capital, duas estão localizadas nas cidades médias de Sobral (Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA) e Crato (Universidade Regional do Cariri). Essas instituições são consideradas marcos no desenvolvimento regional e já estão consolidadas como importantes fixos nessas cidades. A função educacional ao longo do tempo foi se consolidando e sempre foi um fato preponderante no papel regional exercido por essas cidades. (Freire; De Holanda, 2017, p. 25)

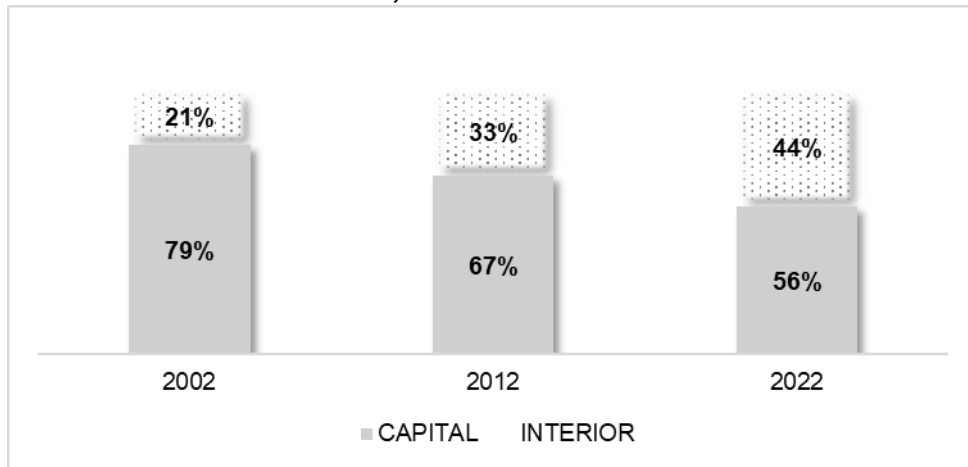
Assim como é citado “com a ausência de uma oferta de cursos de nível superior nas cidades pequenas, surge a necessidade de deslocamento em direção a um centro urbano maior para que esta demanda reprimida seja atendida”. (Freire; De Holanda, 2017, p. 37). Nesse sentido, muitos estudantes saem dos municípios de porte menor para estudarem nos centros urbanos mais desenvolvidos, chegando a percorrer mais de 100 km por dia. (Freire; De Holanda, 2017). Esse cenário foi possível pelo aumento da procura dos estudantes pelas graduações presenciais e pelo apoio do governo em relação as instituições tanto públicas quanto privadas. Assim como foi observado, as políticas públicas de incentivo a educação superior e de expansão das IE.

O número de IES aumenta continuamente e, em meio ao posterior surgimento de importantes políticas públicas de democratização e acesso ao ensino superior, a educação superior vai aos poucos conquistando novos pontos do território. Trata-se de uma conquista que ainda mantém um viés de seletividade espacial, e que em seu processo de interiorização, são as cidades médias as que se tornam os primeiros lugares a receber equipamentos de educação superior. (Freire; De Holanda, 2017, p. 48)

Dando continuidade nos indicadores no gráfico 4, analisa-se a representatividade da quantidade de matrículas nas IES na capital e nos interiores. Na capital, em 2002, a participação era de 79%; em 2012, diminuiu para 67%; e em 2012 foi para 56%. Nos interiores, observou-se que em 2002, a participação era de 21%; em 2012, foi de 33%; e em 2002, encerrou com aumento para 44%.

Para tanto, as matrículas nas capitais continuam representativas, apesar da perda na participação de 2002 até 2022. Isso por conta da quantidade de IES localizada na capital que ainda é superior em relação aos interiores. Porém, nos interiores, a representatividade aumentou de forma significativa, o que indica a possibilidade de forte potencial de crescimento nos próximos anos.

**Gráfico 4 – Representatividade da quantidade de alunos matriculados na capital e nos interiores no estado do Ceará– 2002, 2012 e 2022**



Fonte: Inep/MEC

Diante desse cenário, a interiorização do ensino superior no estado do Ceará de fato ocorreu, em função da maior procura pelos cursos de graduação presencial nas instituições localizadas nos interiores. Além disso houve expansão das IES nos interiores, colaborada pelas políticas públicas de expansão e inclusão como já visto no capítulo anterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a história da educação de ensino superior iniciou sua trajetória de forma tardia no Brasil. Na época da colonização, os alunos dependiam das universidades da metrópole para concluírem a graduação. Segundo autora Mendonça (2000, p. 132):

Na perspectiva adotada, não me parece que tenha muito sentido aprofundar nesse tipo de discussão. Não há dúvida de que, se considerarmos a universidade como uma instituição específica da civilização ocidental, na forma em que se constituiu historicamente no contexto europeu, essa instituição não foi, ao longo do período colonial, implantada em nossas terras. Algumas tentativas sistematicamente frustradas de estender aos colégios jesuítas as prerrogativas universitárias nos dão conta da intencionalidade da coroa portuguesa de manter a dependência com relação à Universidade de Coimbra, a rigor, a única universidade existente em Portugal (já que a outra universidade existente no Reino, a de Évora, nunca teve as mesmas prerrogativas que Coimbra)

Ou seja, na época da colonização, a história da educação superior se caracterizava como: atrasada e dependente da colônia. Diferentemente da colonização espanhola que instalaram as primeiras universidades no século XVI como foi comentado. A partir do século XX que se observou uma transformação expressiva na quantidade de instituições de ensino superior no Brasil, motivada pela maior procura e interesse por parte dos estudantes. Assim como citou Mendonça (2000, p. 136):

Esse período se caracteriza, igualmente, pela emergência, na cena política, das massas urbanas, que se expandem e se diferenciam de forma acelerada como resultado do processo de industrialização e urbanização – produto indireto, nesse momento, da própria dinâmica da economia exportadora – e do processo de burocratização, decorrência, por um lado, da própria ampliação das funções do Estado, e, por outro, da incipiente industrialização do país

Logo em seguida, tivemos a Reforma de Francisco Campos na década de 30 com a criação do Ministério da Educação e da Saúde que possuía um caráter híbrido, no intuito de realizar a formação de professores do ensino normal e secundário. A partir da metade do século XX, inicia-se uma transformação das instituições de ensino superior, conforme Mendonça (2000, p. 142):

Essas universidades continuavam a nascer do processo de agregação de escolas profissionalizantes, como é o caso das nove universidades católicas que se constituíram. Na sua maioria, entretanto, eram universidades federais, criadas através do processo de federalização de faculdades estaduais ou particulares.<sup>10</sup> A maioria das atuais universidades federais existentes hoje tem nesse processo a sua origem

Para tanto, juntamente com a federalização de faculdades estaduais, observou-se que ampliaram a quantidade de vagas nas instituições públicas. Logo em seguida, aumentaram o número de instituições privadas. Conforme a tabela 25, em 1945, a quantidade de matrículas nas instituições públicas era de 21.307 alunos e passou para 210.613, alta de 888,5%. E, a quantidade de alunos nas instituições privadas eram de 19.968 em 1945 e passou para 214.865, com acréscimo de 976%.

Além disso, a representatividade de alunos matriculadas nas redes particulares superaram as públicas. A partir disso, essa participação cresceu de forma expressiva e superando 70% do total.

**Tabela 25 – Evolução da quantidade de alunos matriculados no ensino superior – Público e Privado – 1945 - 2000**

Ano	Público		Privado	
	Nº	%	Nº	%
1945	21.307	51,6	19.968	48,4
1960	59.624	58,6	42.067	41,4
1970	210.613	49,5	214.865	50,5
1980	492.232	35,7	885.054	64,3
2000	887.026	33,0	1.807.219	67,0
2012	1.715.752	29,0	4.208.086	71,0

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Diante desse cenário, a **primeira conclusão** é de que a expansão das instituições de ensino superior, principalmente a partir da segunda metade do século XX, foi puxada pelo crescimento da quantidade de instituições privadas.

No final do século XX, por conta do neoliberalismo, ocorreu a transformação da educação superior, em razão da maior expansão das instituições particulares ante as públicas. Para Cruz (2018, p. 849):

no setor educacional, as políticas adotadas pelo Estado vêm sofrendo drásticas transformações, e que o discurso em prol da educação ganha novo ângulo, ou seja, que nessa perspectiva ela deixa de ser entendida como direito do cidadão e dever do Estado e passa a ser visto como mercadoria.

Além disso, ocorreu a aprovação, em 1996, da Lei 9.394/96<sup>24</sup>, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Segundo Catani e Oliveira (2002, p. 01):

Na verdade, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir do seu primeiro mandato (1995-1998), deu início a uma ampla reforma que objetivou modificar o panorama da educação no país, particularmente da educação superior. Nesse sentido, promoveu a elaboração e a aprovação de um arcabouço legal capaz de alterar as diretrizes e bases que davam sustentação ao modelo que vinha sendo implementado desde a reforma universitária de 1968. Além disso, introduziu mudanças concretas no padrão de avaliação, de financiamento, de gestão, de currículo e de produção do trabalho acadêmico, produzindo transformações significativas no campo universitário e na identidade das Instituições de Ensino Superior (IES).

Diante disso, a LDB de 1996 constitui-se em marco de referência para o início do processo de reestruturação da educação superior no Brasil. Como Cruz (2018, p. 859) citou: “Assim, o Estado é o máximo gestor no que refere à avaliação e ao controle das IES, mas é o mínimo no que se refere ao financiamento das IES públicas, liberando a oferta da educação superior para a iniciativa privada”.

Diante desse cenário, a **segunda conclusão** é de que com o neoliberalismo, a responsabilidade da educação é transferida à iniciativa privada e os órgãos públicos reduzem os gastos com administração desse segmento. São desenvolvidas políticas públicas para ocupação das vagas nos setores privados, tais como: financiamento estudantil aos alunos que estão matriculados nas instituições particulares.

Vale ressaltar que a expansão ocorrida no mercado educacional de ensino superior no Brasil estendeu-se também para a Região do Nordeste e principalmente no Estado do Ceará. Contudo, enquanto as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste arrefeceram o crescimento, as regiões do Norte e Nordeste mantiveram o aumento acima da média nacional. Especificamente no Estado do Ceará, a quantidade de instituições de ensino superior foi de 90,7% na comparação de 2012/2022, muito acima da média nacional de 7,4% e da Região do Nordeste que teve alta de 37,6%. Para tanto, o objetivo do trabalho é explicar os principais motivos dessa expansão.

No Estado do Ceará a representatividade das instituições privadas foi de 93,2% do total e, nesse sentido, outra constatação que temos é o crescimento da participação das instituições nos interiores no total, sendo que em 2002,

---

<sup>24</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)

representavam 16% e passou para 58%. Enquanto as instituições localizadas na capital participavam com 84% em 2002 e caiu para 42% em 2022.

Para tanto, a **terceira conclusão** é o processo de interiorização das instituições do Estado do Ceará que colaborou para ampliação do setor. Dessa forma, temos dois cenários: o aumento do setor privado no segmento educacional de ensino superior do Estado do Ceará e a ampliação de instituições nos interiores.

Assim como cita Lopes (2017, p. 53)

As Instituições de Ensino Superior – IES agenciam modernizações no território e até os anos de 2005 organizavam suas novas investidas, baseados em um viés espacial bastante seletivo, fixando-se mais intensamente nas capitais e cidades de maior expressão. Entretanto, a expansão dos últimos dez anos é impulsionada por políticas de democratização do ensino, encampada pelas instituições públicas e particulares de ensino, que agora alcançam outros espaços do Brasil, transcendendo uma barreira histórica na qual o ensino universitário esteve circunscrito.

Dessa forma, o aumento de estabelecimentos nos interiores que ofereçam cursos de graduação foi importante também para o crescimento regional de localidades tais como: Sobral – situada no norte do Estado e considerada cidade universitária e de Juazeiro do Norte – localizada no sul de Ceará. Além disso, o autor Lopes (2017, p. 53) cita:

Esses equipamentos educacionais, considerados patrimônios do povo cearense, permitem o desenvolvimento regional, científico e intelectual em diferentes lugares. O movimento de interiorização também permite que mais estudantes possam ter acesso ao ensino superior e que voltem para suas cidades de origem com uma formação acadêmica e com maiores condições de colaborar positivamente com as pequenas cidades.

Por fim, a expansão das instituições de ensino superior no nordeste e especialmente no Ceará ocorreu de fato influenciado pelo crescimento do setor privado e pelo processo de interiorização. Ambos colaborados pelas políticas públicas de expansão, tais como: liberação do FIES, do REUNI, do PROUNI e a autorização da nota do ENEM como forma de ingresso.

Ao longo da escrita, observou-se que a análise dos resultados pode ser aprofundada nos estudos posteriores com informações atualizadas de outros autores. Ademais, para aperfeiçoar mais o estudo, sugere-se focar nas diferenças sociais do Estado do Ceará e na concentração de renda existente na mesma. Em suma, espera-se que o presente trabalho colabore para que muitos se sintam incentivados a dar continuidade em aprofundar esse estudo.

## REFERÊNCIAS

- ABMES, 2019, **Fies completa 20 anos com 47% dos atuais estudantes inadimplentes**, Disponível em: <http://abmes.org.br/public/index.php/noticias/detalhe/3319/fies-completa-20-anos-com-47-dos-atuais-estudantes-inadimplentes>
- ARRAIS, Estêvão Lima. **Democratização do acesso ou massificação do ensino? Uma avaliação política do financiamento estudantil no Ceará (2010–2018)**. 2019.
- ANDRADE, Francisco Ari de; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; VICTOR, Dijane Maria Rocha. **A criação da Faculdade de Direito e os caminhos do ensino superior no Ceará**. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Processo de Contas Anuais -Fies. **Relatório de gestão –2016**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=14949>. Acesso em: 01 de julho de 2023
- BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandez. **Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias**. Educ. Teoria Prática, p. 117-138, 2012.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios**. Educação & Sociedade, v. 31, p. 481-500, 2010.
- CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, JF de. **A educação superior. Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**, v. 2, p. 73-84, 2002.
- CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luís Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. **Evolução da educação superior privada no Brasil: da reforma universitária de 1968 à década de 2010**. 2016.
- COSTA FILHO, Luiz Moreira da. **A Inserção do Seminário Episcopal de Fortaleza na Romanização do Ceará (1864-1912)**. 2004.
- CRUZ, Andreia Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, p. 848-868, 2018.
- CUNHA, **Luiz Antônio**. **Ensino superior e universidade no Brasil**. Lopes, EMT et al, v. 500, n. 151-204, p. 15, 2000.
- DA CUNHA, Luís Carlos Vieira et al. **Políticas públicas de incentivo à educação superior brasileira: acesso, expansão e equidade**. Iniciação-Revista de Iniciação

Científica, Tecnológica e Artística, v. 4, n. 4, 2014.

DE CASTRO ARIOVALDO, Thainara Cristina; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Nova forma de acesso ao ensino superior público: um estado do conhecimento sobre o Sistema de Seleção Unificada-SiSU.** Revista Internacional de Educação Superior, v. 4, n. 1, p. 152-174, 2018.

DE CASTRO, Maria Helena Guimarães; TIEZZI, Sergio. **A reforma do ensino médio e a implantação do Enem no Brasil.** Desafios, v. 65, n. 11, p. 46-115, 2004.

DE FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista UFG**, v. 7, n. 2, 2005.

FAVATO, Maria Nilse; RUIZ, Maria José Ferreira. **REUNI: política para a democratização da educação superior?** Revista eletrônica de educação, v. 12, n. 2, p. 448-463, 2018.

FREIRE, Heronilson Pinto; DE HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. **A expansão do ensino superior nas cidades médias do nordeste brasileiro.** A expansão do ensino superior em debate, p. 7-28, 2017.

GILIOLO, Renato de S.P. **Um balanço do FIES: desafios, perspectivas e metas do PNE.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017

GOMES, Eustáquio. **País tem história universitária tardia,** Jornal da UNICAMP, Campinas, 23 a 29 de setembro de 2002. Disponível em: [https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/setembro2002/unihoje\\_ju191pag7a.html](https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2002/unihoje_ju191pag7a.html)

LIMA, Francisco de Assis Melo; GURGEL, Italo. Escola de Agronomia da UFC: **100 anos de atuação transformadora.** 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58453>

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco da; RICARDINO, Álvaro. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de Contabilidade do Estado de São Paulo. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 17, p. 113-122, 2006.

MENDONÇA, Ana Waleska PC. **A universidade no Brasil.** Revista brasileira de educação, n. 14, p. 131-150, 2000.

MIRANDA, Paula Roberta; DE AZEVEDO, Mário Luiz Neves. **Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil?.** Educ. Forma. , v. 5, n. 3, pág. e1421-e1421, 2020.

MOCARZEL, M.; LOPES, M. de O.; FERREIRA, D. J. **Análise de produções científicas sobre privatização, mercantilização e financeirização da educação superior brasileira.** Revista Cocar, [S. l.], n. 20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7547>. Acesso em: 28 out. 2023.

NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação**: sobre as origens do pensamento utilitarista no ensino superior brasileiro. Campinas: Alínea, 1998.

QUEIROZ, Fernanda Cristina Barbosa Pereira et al. **Transformações no ensino superior brasileiro: análise das instituições privadas de ensino superior no compasso com as políticas de estado**. Ensaio: aval. pol. públicas. educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 349-369, jun. 2013.

Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362013000200009&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362013000200009&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 25 nov. 2023.

ROTHEN, José Carlos. **A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931**. Revista Brasileira de História de Educação, v. 8, n. 2, p. 141-160, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro**. São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho, v. 8, p. 91, 1991.

SANTOS, Raimundo Santiago dos. **A interiorização da educação superior no Estado do Ceará**. Revista Gestão Universitária, 17 de setembro de 2015.

Disponível em:

<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-interiorizacao-da-educacao-superior-no-estado-do-ceara>

SILVEIRA, Fernando Lang da; BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes; SILVA, Roberto da. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica**. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 37, 2015.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbef/a/TpSdTxpHR3XBgFttPmgmyPF/?lang=pt>

SOUZA, Andrea Harada. **Da educação mercadoria à certificação vazia**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 1 dez. 2011. Disponível em: Acesso em: 13 nov. 2023.

TEIXEIRA, Carlos Jorge; DE HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante. **A emergência das instituições de ensino superior em uma cidade média: um estudo das interações socioespaciais entre Ipu e Sobral no Ceará**. A expansão do ensino superior em debate, p. 30-52, 2017.

TRINDADE, Héglio. **Um retrato da educação superior frente a estratégia do governo**. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 02, n. 04, p. 49-55, dez. 1997.

Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40771997000400008&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40771997000400008&lng=pt&nrm=iso)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>. Acesso em: 20.nov.2022

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO  
TEIXEIRA - INEP

<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>. Acesso em: 02.06.2023

ZABALZA, Miguel A. 1 A Universidade: cenário específico e especialização da formação. In: ZABALZA, Miguel. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Trad. Ernani Rosa – Porto Alegre: Artemed, 2004. (p.19 a 65).